



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA
**“A GÉNESE DA FRELIMO- Os grupos e interesses na formação da
Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974).”**

AUTOR: **Asp Of Art Leandro Cipriano**

ORIENTADOR: **Cor Cav Matos Gomes**

CO-ORIENTADOR: **Professora Maria Teresa Almeida**

Lisboa, 26 de Maio 2010



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA
**“A GÉNESE DA FRELIMO- Os grupos e interesses na formação da
Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974).”**

AUTOR: **Asp Of Art Leandro Cipriano**

ORIENTADOR: **Cor Cav Matos Gomes**

CO-ORIENTADOR: **Professora Maria Teresa Almeida**

Lisboa, 26 de Maio 2010



DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Vestina e Cipriano, que sempre me apoiaram incondicionalmente em todas as decisões da minha vida. E à minha namorada, Ana Moreno pela sua paciência e compressão durante a elaboração do trabalho.



AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Investigação Aplicada contou com a colaboração de um grupo de profissionais e meios institucionais sem os quais a sua elaboração não teria sido possível e a quem deixo os meus sinceros agradecimentos:

- Ao Sr. Coronel Carlos Matos Gomes, meu orientador, pela disponibilidade dispensada, compreensão e rigor na preciosa orientação e apoio para a realização deste trabalho.
- A Sra. Professora Teresa Almeida, minha co-orientadora, pelas sugestões pertinentes e revisão integral do texto.
- Ao Sr. Professor Rod Stuart, pelas sugestões relevantes referentes à língua Inglesa.
- Aos meus camaradas e amigos que sempre me apoiaram incondicionalmente no decorrer de todo o curso.
- À minha família pelo incentivo e apoio incondicional.

Agradeço especialmente ao meu pai José Cipriano, que me apoiou a ingressar na Academia Militar.



ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE ANEXOS.....	vi
ÍNDICE DE APÉNDICES.....	vii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	viii
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
Definição dos objectivos de investigação.....	1
Justificação do tema.....	2
Orientação metodológica.....	2
Síntese de conteúdos.....	3
CAPÍTULO I – GENERALIDADES.....	5
I.1. Moçambique – Caracterização do meio físico e humano.....	5
I.1.1. Descrição da geografia, fronteiras e subdivisões de Moçambique.....	5
I.1.2. A população e a etnografia do país.....	6
I.1.3. hidrografia e a orografia do território moçambicano.....	7
I.2. A origem de Moçambique.....	8
I.2.1. As campanhas marítimas portuguesas e o primeiro contacto com os povos nativos africanos.....	8
I.2.2. A conferência de Berlim e a definição das fronteiras de Moçambique.....	10
I.2.3. A origem do povo moçambicano e a sua resistência face ao expansionismo português.....	11



CAPÍTULO II – MOVIMENTO DESCOLONIZADOR EM ÁFRICA – ANTECEDENTES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO.....	12
II.1. Do colonialismo às lutas de libertação.....	12
II.2. O pós-II Guerra Mundial.....	13
II.3. A conferência de Bandung e o Terceiro Mundo.....	15
II.4. O movimento descolonizador e as independências de África.....	16
II.5. A situação de Portugal perante o movimento descolonizador.....	18
II.6. O início da luta pela independência nas colónias portuguesas - Angola, Guiné e Moçambique.....	20
 CAPÍTULO III- A LUTA DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	21
III.1. Os primeiros sentimentos anti-coloniais (entre as duas Guerras Mundiais)...21	
III.2. A formação dos primeiros movimentos nacionalistas.....	22
 CAPÍTULO IV- A GÉNESE DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)	24
IV.1. Os primeiros grupos nacionalistas.....	24
IV.2. A formação da FRELIMO.....	24
IV.3. Os objectivos da FRELIMO e o pensamento marxista-leninista.....	25
IV.4. Os grupos, as ideologias e os interesses.....	27
IV.4.1. Os homens do sul.....	27
IV.4.2. Os macondes.....	27
IV.4.3. O I congresso da FRELIMO.....	28
IV.4.4. Dissensões internas.....	29
IV.4.5. O II congresso da FRELIMO.....	31
IV.4.6. A FRELIMO após a Morte de Mondlane – O triunvirato – O Afastamento de Uria Simango – A ascensão de Samora Machel – A saída de Kavandame.....	32
IV.4.7. A Organização da FRELIMO e o Seu Armamento.....	33



“A GÉNESE DA FRELIMO- Os grupos que estiveram na formação da
Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974).”

IV.4.8. As grandes operações em Cabo Delgado.....	33
IV.4.9. A frente de Tete.....	34
IV.5. Outros movimentos.....	34
IV.5.1. A União Nação Africana de Moçambique – MANU.....	34
IV.5.2. A União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO.....	35
IV.5.3. A União Nacional Africana de Moçambique Independente – UNAMI.....	36
IV.5.4. O Comité Revolucionário de Moçambique – COREMO.....	36
IV.6. A unificação dos vários grupos políticos de perspectivas antagónicas.....	37
IV.7. O papel das grandes potências e das organizações internacionais no apoio à FRELIMO e à luta de libertação moçambicana.....	38
IV.8. A FRELIMO no ano de 1974.....	40
 CONCLUSÕES.....	 43
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 48



ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A- CARACTERIZAÇÃO GEOGRAFICA E FISICA DE MOÇAMBIQUE.....	56
ANEXO B- DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE ESTRADAS.....	57
ANEXO C- DISTRIBUIÇÃO GEOGRAFICA DOS GRUPOS ETNICOS.....	58
ANEXO D- DISTRIBUIÇÃO DAS LINGUAS E DIALETOS DE MOÇAMBIQUE.....	59
ANEXO E- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR DISTRITOS E CAPITALS.....	60
ANEXO F- DIVISÃO ADMINISTRATIVA POR PROVINCIAS E DISTRITOS.....	61
ANEXO G- DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE CAMINHOS - DE- FERRO.....	62
ANEXO H- SISTEMA DE TRANSPORTES DE MOÇAMBIQUE.....	63
ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO GEOGRAFICA DOS POVOS BANTU.....	64
ANEXO J- DIVISÃO DE MOÇAMBIQUE POR COMPANHIAS MAJESTÁTICAS.....	65
ANEXO K- DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS DE MOÇAMBIQUE.....	66
ANEXO L- ORGANIZAÇÃO MILITAR E DISPOSIÇÃO DA FRELIMO.....	67
ANEXO M- AS ZONAS DE INFILTRAÇÃO E ESFORÇO DA FRELIMO.....	68
ANEXO N- A BARRAGEM DE CAHORA BASSA.....	69
ANEXO O- ARMAMENTO EMPREGUE PELAS DUAS FORÇAS EM COMBATE...70	
ANEXO P- BIOGRAFIA DE EDUARDO MONDLANE.....	71
ANEXO Q- BIOGRAFIA DE SAMORA MACHEL.....	73
ANEXO R– BIOGRAFIA DE MARCELINO DOS SANTOS.....	76
ANEXO S- DADOS ESTATISTICOS SOBRE A GUERRA EM MOÇAMBIQUE.....	77
ANEXO T- CRONOLOGIA DE ACONTECIMENTOS RELATIVOS AO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE.....	79



ÍNDICE DE APÉNDICES

APÊNDICE A - A ACTIVIDADE ECONÓMICA E AS VIAS DE COMUNICAÇÃO.....	51
APÊNDICE B- O NASCIMENTO DO SENTIMENTO NACIONALISTA.....	53
APÊNDICE C- A MORTE DE EDUARDO MONDLANE.....	54



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

ART- Artilharia

AM - Academia Militar

ASP- Aspirante

C

CAV- Cavalaria

CEE - Comunidade Económica Europeia

COR- Coronel

COFI – Comando Operacional das Forças de Intervenção

CODCB- Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa

CONCP -Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

COMCP-

COREMO- Comité Revolucionário de Moçambique

D

DN- Diário de Noticias

E

EUA - Estados Unidos de América

EFTA - Associação Europeia do Comercio Livre

F

FANIPANO- Frente Unida Anti-Imperialista Africana de Moçambique

FAP - Forças Armadas Portuguesas

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FREDEMO - Frente Democrática de Moçambique



J

JSN- Junta de Salvação Nacional

K

KANU- Kenya African National Union

M

MANC- Mozambique African National Congress

MAC - Movimento Anticolonial

MANU- União Nacional Africana de Moçambique

MFA- Movimento das Forças Armadas

MPLA - Movimento de Libertação Popular de Angola

N

NESAM - Núcleo dos Estudantes Africanos de Moçambique

O

OF- Oficial

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

OTAN/NATO - Organização do tratado do Atlântico Norte

P

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAPOMO - Partido Popular de Moçambique

PIDE- Polícia Internacional de Defesa do Estado

PAFMESCA - Pan-African Freedom Movement of East, Central, and Southern
África

R

RDC - República Democrática do Congo

RAU - República Árabe Unida



S

SADCC - Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral

SDI- serviços secretos italianos

T

TIA - Trabalho de Investigação Aplicada

TPOA- Tirocínio Para Oficial de Artilharia

TANU- Tanganyca African National Union

U

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente

UNAR- União Nacional Africana da Rombézia

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos Angolanos

UPNA - União dos Povos do Norte de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ULHT- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Z

ZSN - Zona sublevada do Norte

ZIN- Zona de Intervenção Norte

ZIN -Zona de Intervenção Norte

ZOT -Zona Operacional de Tete



RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada, intitulado **“A GÉNESE DA FRELIMO - Os grupos que estiveram na formação da Frente de Libertação Moçambicana (1964–1974)”**, está estruturado em quatro capítulos distintos inter-relacionados entre si.

No primeiro capítulo faremos um enquadramento geral acerca da caracterização geográfica, humana e económica de Moçambique, acompanhada de uma resenha histórica sobre a origem deste território. Portanto, teremos que ter em consideração os factores que afectaram decisivamente o rumo da guerra colonial em Moçambique.

No segundo capítulo apresentaremos as características do Movimento Descolonizador em África, e os motivos que antecederam a luta de libertação colonial, enquadrando a guerra no tempo (de 1964-1974). Estabeleceremos uma diferença entre a guerra de guerrilha e a guerra subversiva, falaremos sobre o pós II Guerra Mundial, os dois grandes blocos antagónicos (EUA e URSS), os acontecimentos que marcaram a conferência de Bandung e o do Terceiro Mundo, a posição tomada por Portugal perante esses movimentos, e o início da luta pela independência nas colónias portuguesas (Angola, Guiné e Moçambique).

No terceiro capítulo abordaremos a luta de libertação em Moçambique, destacando o aparecimento dos primeiros sentimentos anti-coloniais que caracterizaram o território, o nascimento do sentimento nacionalista por parte dos moçambicanos e a formação dos primeiros movimentos de carácter nacional. Reflectiremos acerca das primeiras revoltas antes da formação das grandes organizações políticas que vieram dar origem à FRELIMO.

No quarto capítulo do trabalho abordaremos a origem da FRELIMO, como se deu o seu aparecimento e a união dos vários movimentos que estiveram na sua génese. Apresentaremos também as características de cada um dos movimentos (UNAMI, UDENAMO e MANU), os objectivos da FRELIMO, as divergências no seio da Frente e os principais acontecimentos rumo à independência em 1975.

Para finalizar o trabalho será apresentada uma conclusão, que procurará confrontar a informação obtida com os objectivos que nos fomos propondo atingir.

Palavras-chave:

- Génese;
- FRELIMO;
- Movimentos.



ABSTRACT

This Working Applied Research entitled "**GENESIS OF FRELIMO - The groups that were at the training of Mozambican Liberation Front (1964-1974)**", is structured in four separate inter-related chapters.

In the first chapter we will make a general framework about the geographical character, and human and economic feasibility of Mozambique, together with a historical review of the origin of this territory. Therefore, we must take into account the factors that decisively affect the course of the colonial war in Mozambique.

In the second chapter we will present the characteristics of the Movement decolonization in Africa, and the reasons leading to the colonial liberation struggle, framing the war in the period 1964-1974. We Will establish a difference between guerrilla warfare and subversive war, and talk about the post second World War period, the two great antagonistic blocs (U.S. and USSR), the events that marked the Bandung Conference and the Third World, the position taken by Portugal before these movements, and the beginning of the independence struggle in the Portuguese colonies (Angola, Guiné and Mozambique).

The third chapter will focus on the liberation struggle in Mozambique, highlighting the emergence of the first anti-colonial feelings that characterized the country, the birth of nationalist sentiment by Mozambicans and training of the first movements of national character. We reflect on the first revolts before the formation of large political organizations that have given rise to FRELIMO.

In the fourth chapter of the work we discuss the origin of FRELIMO, how it appeared and the union of the several movements which led to its genesis. We will also present the characteristics of each movement (UNAMI, UDENAMO and MANU), the objectives of FRELIMO, the differences within the Front and the main events toward independence in 1975.

To finish the work, we will present a conclusion, that attempts to compare the information obtained with the objectives that we proposing to achieve.

Key words:

- Genesis;
- FRELIMO;
- Movements.



INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que se enquadra no âmbito do estágio de natureza profissional do Tirocínio Para Oficial de Artilharia (TPOA) dos cursos da Academia Militar (AM), tem como objectivo principal responder à seguinte questão fundamental, que dá pertinência à escolha do tema em questão: **“No que concerne à caracterização dos diversos movimentos de libertação que estiveram na génese da Frente de Libertação de Moçambique: como se estabeleceu a união entre esses movimentos e como contribuíram para a tomada da liberdade nacional e o poder do País”?**

Este trabalho diz respeito ao período inicial da história da luta de libertação de Moçambique, que iria conduzir ao desencadear das acções armadas contra o poder colonial português durante o ano de 1964. A luta de libertação nacional moçambicana teve lugar no contexto histórico designado por “movimento descolonizador” (do após final da II Guerra Mundial), e que iria conduzir ao fim dos impérios coloniais europeus na Ásia e em África, particularmente nas colónias portuguesas, onde se desenrolaram longas guerras coloniais desde 1961 (Angola) até à revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal.

A FRELIMO, que foi considerada como sendo o principal aparelho político e militar de resistência anti-colonial e de luta pela independência moçambicana, era constituída no início por várias organizações (UNAMI, UDENAMO E MANU).

Definição dos objectivos de investigação

Pretendemos com este trabalho descrever pormenorizadamente os movimentos políticos que constituíram a FRELIMO, analisar as diferenças que caracterizavam esses movimentos (na maior das situações de cariz étnico ou tribal) até ao estabelecimento do processo de unificação dos mesmos na FRELIMO, culminando na independência do território moçambicano. É de salientar que todas as acções que se vão desenvolver nesse trabalho estão focalizadas na Frente de Libertação de Moçambique como objecto fundamental de estudo no período compreendido entre 1964 e 1974.

Para responder à pergunta fundamental, mantendo sempre o neutralismo perante o assunto em causa, não obstante o facto de ser um trabalho realizado por um aluno de nacionalidade moçambicana, pretendemos caracterizar os interesses e as personalidades



que constituíram a FRELIMO, nomeadamente os que vieram a protagonizar as duas grandes linhas de pensamento no seio da organização: os independentistas e os revolucionários, e o seu papel na luta pela constituição de um Estado unificado ou na luta pela revolução.

Justificação do tema

A pertinência a realização deste trabalho, deve-se ao facto de pretendermos levar a cabo o estudo da realidade da sociedade moçambicana, voltada para a vertente da formação da FRELIMO, com vista a permitir conhecer as linhas de força que determinaram a história da frente, a estratégia política e militar empregue pela FRELIMO, durante o período da guerra colonial (1964-1974), e as actuais perspectivas criadas pelos protagonistas deste movimento, adequando os conhecimentos que foram adquiridos durante a elaboração deste trabalho à realidade militar de Moçambique.

Orientação metodológica

Para a elaboração do trabalho cingimo-nos fundamentalmente à análise documental de fontes oficiais: livros, revistas, artigos e documentos do Arquivo Histórico Militar, de sites credíveis da internet, trabalhos de investigação fidedignos, fontes audiovisuais que se enquadram no contexto político-militar de Moçambique durante a Guerra Colonial (1964-1974).

Tomando como partida a questão fundamental acima apresentada, surgiram diversas perguntas com vista a desenvolver a sustentabilidade da questão central:

1. O que originou a reunião dos grupos de moçambicanos que defendiam a luta anti-colonial e a independência de Moçambique e como harmonizaram as suas posições para se juntarem numa única Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO)?
2. Qual foi o papel dos líderes africanos – Nkrumah (Gana) e Julius Nyerere (Tanganica/Tanzânia)?
3. Como eram caracterizadas as diferentes perspectivas entre os vários grupos quanto aos objectivos e modo de conduzir a luta?
4. Tendo em consideração as duas linhas de actuação e os objectivos dos dois grandes grupos que estiveram na génese da FRELIMO, os revolucionários e os



independentistas, qual foi o papel das grandes personalidades que marcaram a FRELIMO?

5. Quais as acções para conseguir um consenso durante a luta de libertação com vista a alcançar a independência de 1975?

Com base nesta perspectiva e nas questões levantadas, tivemos em conta as seguintes hipóteses:

1. A UDENAMO, o MANU e a UNAMI, como primeiros movimentos políticos contra o colonialismo português actuavam isoladamente, mas sentiram a necessidade de se unirem para dar origem a FRELIMO.
2. Nkrumah, do Gana, e Julius Nyerere, da Tanzânia, procuraram apoiar a FRELIMO na luta de libertação moçambicana contra o governo Português.
3. Cada um dos movimentos defendia os objectivos dos seus membros, nesta perspectiva a UDENAMO defendia os interesses do shanganas; a UNAMI defendia os objectivos culturais com base nos de Tete, do Niassa e Zambézia; enquanto a MANU defendia a libertação da sociedade maconde.
4. Eduardo Mondlane foi o primeiro dirigente da FRELIMO, cabendo-lhe a função de garantir a união entre os vários movimentos no seio da FRELIMO; Samora Machel, como substituto de Mondlane, foi o homem que conduziu a luta armada para a independência do país.
5. Após vários acontecimentos que enfraqueceram as tropas portuguesas, a destacar: o deslocamento da frente para Tete; e o ataque a elementos e as propriedades da comunidade europeia na zona centro Moçambique; o que intensificou as acções da FRELIMO, e levaram os militares a derrubar a ditadura portuguesa a 25 de Abril de 1974, e a consequente independência de Moçambique.

Síntese de conteúdos

Tendo em consideração as grandes áreas temáticas em que o trabalho está organizado, está dividido em cinco capítulos distintos e interligados.

No primeiro capítulo, “Generalidades”, faremos uma caracterização geográfica geral, humana e económica de Moçambique, acompanhada de uma resenha histórica sobre a origem do país. Nesta resenha abordaremos o progressivo descobrimento do território moçambicano pelos portugueses, até à definição dos limites actuais do país, com relevo para as primeiras sociedades; «os Bantu», que ocupavam todo o actual território



moçambicano; teremos ainda em consideração os factores que mais afectaram o rumo da guerra colonial de Moçambique, como o terreno e a população.

No segundo capítulo do trabalho, “O Movimento Descolonizador em África- Antecedentes da Luta de Libertação”, será abordado o Movimento Descolonizador e o seu aparecimento em África, e os motivos que antecederam a luta de libertação colonial. Nesta fase delimitamos a guerra no período entre 1964-1974, estabeleceremos a guerra de guerrilha e/ou subversiva; referimos o pós II Guerra Mundial e os dois grandes blocos antagónicos (EUA e URSS); a conferência de Bandung e o do Terceiro Mundo. Descreveremos a posição tomada por Portugal e como foi caracterizado o início da luta pela independência nas colónias portuguesas (Angola, Guiné e Moçambique); as regiões onde travaram-se os primeiros confrontos nas colónias portuguesas.

No terceiro capítulo, “A Luta de Libertação em Moçambique”, abordamos essa luta de libertação nacional destacando o aparecimento dos primeiros sentimentos anti-coloniais no território, nascimento do sentimento nacionalista por parte dos moçambicanos e a formação dos primeiros movimentos de carácter nacional, constituídos pela população de imigrantes dos países circunvizinhos como a Tanzânia e as primeiras revoltas dos macondes antes da formação das grandes organizações políticas que vieram dar origem à FRELIMO.

No quarto capítulo do trabalho, “A génese da FRELIMO”, abordaremos pormenorizadamente o tema fundamental do trabalho, como se deu o seu aparecimento e o que justificou a união dos vários movimentos dando origem a uma Frente de Libertação. Caracterizaremos, ainda, os primeiros movimentos que estiveram na sua formação (UNAMI, UDENAMO e MANU), com destaque para os objectivos de cada movimento, os objectivos da FRELIMO, o papel dos seus protagonistas, as dissecções no seio da Frente e os acontecimentos que a levaram rumo à independência em 1975.

Para finalizar o trabalho será apresentada uma análise conclusiva, na qual, através de uma confrontação da informação obtida e os objectivos que nos fomos propondo abordar, procuraremos responder à questão fundamental. Faremos acompanhar o trabalho de uma série de anexos para ajudar na melhor compreensão do trabalho em causa.



CAPÍTULO I

GENERALIDADES

I.1. Moçambique – Caracterização do meio físico e humano

I.1.1. Descrição da geografia, fronteiras e subdivisões de Moçambique

Moçambique está localizado na costa oriental da zona austral do continente africano. Este país está definido entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este, a sul do Equador. O território Moçambicano tem uma extensão de costa com cerca de 2.470¹ quilómetros, banhado pelo oceano Índico, desde o foz do rio Rovuma a Norte e a Ponta de Ouro a Sul. Tem a sua menor largura interior na zona Centro Norte (a costa desde Naamacha a Catembe, Alto Farol) com cerca de 47,5 quilómetros e uma maior largura interior a Costa que vai da Península de Mussuril até à confluência entre o rio Aruângua com o rio Zambeze. A superfície é de 799.380 quilómetros quadrados (786.380 para terra firme e 13.000 de águas interiores).² A configuração física do território condicionou a luta de libertação nacional, pois dificultou a ligação entre as suas várias partes.

Assim, Moçambique tem como limites territoriais, a norte, a República Unida da Tanzânia (antiga Tanganica), consistindo numa faixa que vai desde a foz do rio Rovuma até ao rio Messinge, prolongando-se até ao lago Niassa. A noroeste, faz fronteira com o Malawi e a Zâmbia (antiga Rodésia do Norte), a sul e a sueste é limitado pela África do Sul (província do Transval), a leste o país é banhado pelo Oceano Índico e limitado pelo Canal de Moçambique. Por fim a oeste, pela Suazilândia (província do Natal) e Zimbabwe (antiga Rodésia do Sul). Após o estabelecimento dos limites, o território ficou dividido em onze províncias distintas (antigos distritos coloniais), a considerar (de norte a sul), Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambezia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade.³

¹ [Http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique) acedido no dia 5 de Janeiro de 2010, às 10:00 horas.

² Ver Anexo A (Caracterização geográfica e física de Moçambique).

³ Ver Anexo F (Divisão Administrativa por Distritos).



I.1.2. A população e a etnografia do país

Moçambique tem uma população estimada em cerca de 20.226.296⁴ (censo de 2007), sendo que 9.734.678 são homens e 10.491.618 são mulheres, para além de se prever que em 2015 a população alcance os 22,5 milhões de habitantes. Em 1960, a população era cerca de 6.518.000 habitantes e passou para 8.233.034 habitantes em 1970, antes da independência nacional, o que representava um aumento populacional de 1.740.000 em relação ao censo de 1960. Nessa altura, a população branca era de 97268 habitantes. Em 1975 passaram a viver no país cerca de 20 000 portugueses, 20 a 30 000 habitantes indianos, 4.000 habitantes chineses centralizados na Beira e em Lourenço Marques, 0,5% da população era mestiça e 98% eram negros.⁵

Portanto, em Moçambique destacaram-se 10 grandes grupos étnicos que ocupavam o território no geral a saber:

- Os *Suahili*, que ocupavam uma faixa litoral desde o Rovuma até António Enes;
- Os *Marave*, ocupavam a região de Tete e de Milange -Tacuane e uma área da margem leste do lago Niassa (distrito de Niassa), constituído por dois subgrupos e 13 tribos;
- Os *Macua-Lomué*, ocupavam a região entre os rios Lugenda e a Linha Morrumbala - Quelimane (tinha dois subgrupos e 17 tribos);
- Os *Chope*, ocupando a região de Inhambane (com três tribos);
- Os *Chona*, situados em Manica e Sofala (compreendia um subgrupo e 15 tribos);
- Os *Tonga*, ocupavam a região sul do rio Save (com 11 tribos);
- Os *Angune*, etnia que estava dispersa e ocupava pequenos núcleos de Lourenço Marques, região de João Belo, distritos de Tete, Niassa e Cabo Delgado (compreendiam cerca de oito tribos);
- Os *Ajáua* estendiam-se pelo norte do rio Lugenda;
- Os *Maconde* ocupavam a região norte do rio Massalo e para o leste de Ngomono (constituído por cinco tribos);

⁴ INE (Instituto Nacional de Estatística).

⁵ Ver Anexo E (Distribuição da População por Distritos e Capitais)



- Os *Povos do Baixo do Zambeze*, estavam dispostas ao longo do rio Zambeze em toda a extensão pertencente ao interior do território de Moçambique (tinham cerca de 12 tribos).⁶

Para cada etnia existe uma variedade de línguas e dialectos a considerar: o Chope, BiTonga, Thonga, Tonga, o Tsua, Tauara, Shona, Nyungwe, Suazi, Sena, Chuabo, Macúa, Koti, Nianja, Memane, Lomwe, Yao, Maconde, Mwani, Suaíli, Senga, Ronga, Zulu, Urdu e o Gujarati.⁷

I.1.3. A hidrografia e a orografia do território moçambicano

Os rios do território moçambicano na sua maioria correm no sentido oeste para leste, no sentido do Oceano Índico, sendo que os rios que têm uma importância militar são os seguintes a considerar: O *Rovuma* (Cabo-Delgado), que faz fronteira com o país vizinho da Tanzânia; a norte, o Messalo, encontrando-se entre o planalto da serra Mapé e dos Macondes; o Lúrio e o Montepuez; o *Zambeze*, em Tete, que corre entre as margens de Cahora Bassa e atravessando o Centro de Moçambique na região de Songo. A principal linha de infiltração dos guerrilheiros da FRELIMO foi o rio Capoché que é um afluente do Zambeze; o *Lugenda* do Niassa, que corta de forma oblíqua toda a região do afluente do Rovuma; e o lago Niassa, que foi construído através de um desnível no rio Chire.

Na realidade, o território moçambicano apresenta uma estrutura de relevo muito diversificada. Assim temos que destacar algumas zonas que tiveram um papel preponderante, a ter em conta:

- A zona ao longo do litoral, que tem cerca de 200 metros de altitude e representa 44% do território. Esta zona ocupa quase todo o sul do rio Save, a região nascente da linha Buzi-Gorongosa baixa da Zambézia e uma faixa ao longo da costa.
- A outra zona, em que a altitude varia entre 200 e 600 metros, e que ocupa cerca de 17% do território nacional é designada por zona do planalto médio. Esta zona engloba os planaltos dos Macondes (Cabo Delgado), planaltos de Nampula, Maringue, Cheringoma, Machase e a cadeia dos Libombos.
- A zona montanhosa, com a sua altitude para além dos 1000 metros, ocupa cerca de 13% do território, abrangia as regiões de Gorongosa, Manica, Macanga, Angonia, Vila Cabral, Maniamba e Cobue.

⁶ Ver Anexo C (Distribuição Geográfica dos Grupos Étnicos).

⁷ Ver Anexo D (Distribuição Linguística).



- A zona dos altiplanaltos, com altitudes que variam de 600 e 1000 metros, apenas ocupa 26% do território, abrange a zona sul numa área mais reduzida dos Grandes Libombos, apesar de ocupar também uma grande área de Vila Gouveia, Manica, Mungari, Milange, Mandimba, Marrupa e parte da região norte de Zobue - Zumbo.⁸

Após a independência, notou-se que o país sofreu uma grande influência da estrutura económica desenvolvida no período da guerra colonial, em que a desigualdade de regiões, nomeadamente a do Sul (mais desenvolvida) em relação a do Norte, a cidade era naquela altura economicamente mais desenvolvida em relação ao campo, facto que se verifica até aos dias de hoje, apesar de ser em menor escala.

É de salientar que a república de Moçambique tem uma localização estratégica na costa do Índico, o que influenciou a sua estrutura de comunicações.

Assim, as principais vias de comunicação são os caminhos-de-ferro de Maputo, da Beira e de Nacala e estão orientados no sentido Leste - Oeste e foram autênticos locais de combate (locais de preferência ao lançamento de ataques por parte dos guerrilheiros), o que dificultou a ligação norte - sul.⁹

Em suma, todos os aspectos (acima apresentadas), que caracterizam a situação geral de Moçambique, pretendem explicar melhor o ambiente físico, humano e natural, onde a guerra colonial (1965-1974) foi confrontada. Sendo que essas características afectaram decisivamente o decurso dos acontecimentos, quer para as forças portuguesas quer para os guerrilheiros moçambicanos.¹⁰

I.2. A origem de Moçambique

I.2.1. As campanhas marítimas portuguesas e o primeiro contacto com os povos nativos africanos

O território que constitui actualmente Moçambique foi povoado, desde os primeiros tempos da humanidade, por duas comunidades que habitavam o norte do país e que estavam bem organizadas: o Reino do Monomotapa (ocupavam o país numa fase de desintegração) e os Centros Suailis (em número mais reduzido).

⁸ Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974) – *Dispositivo das nossas forças Moçambique*, cap I, p.18-EME,CECA-1989.

⁹ Ver Anexo G (Distribuição da Rede de Caminhos-de-Ferro).

¹⁰ Ver Apêndice A (A Actividade Económica e as Vias De Comunicação).



A costa torna-se assim num ponto de contacto a povos de várias culturas, nomeadamente os povos do norte de África e da península arábica (islamizados), os povos do continente indiano, e também os povos chineses.

Os primeiros registos da presença dos portugueses datam de 1489 quando o português Pêro da Covilhã (considerado o primeiro português a chegar ao território moçambicano), a mando do rei D.João II, inicialmente numa missão de reconhecimento com a intenção de adquirir informações sobre o tráfego e da navegação a caminho da Índia passou por Sofala (Beira). Na sua expedição, Vasco da Gama, á quando da viagem à Índia estabelece-se em Inhambane em 10 de Janeiro de 1498.

Em seguida, Vasco da Gama encontrava-se em Quelimane, com o intuito de reparar os seus navios e restabelecê-los. Depois de chegar à Ilha de Moçambique, continua a sua viagem para o Norte do País.

Foi com o propósito de colonizar e estabelecer outras bases ultramarinas e bases no império oriental, que D.João III havia mandado Lourenço Marques explorar a costa a Sul de Inhambane e o rio Espírito Santo, apesar de os colonos portugueses já terem iniciado a expedição pelo litoral (Mambane, Save, Bazaruto e Beira). Entretanto, os rios e alguns portos fluviais (Tete e Sena) já haviam sido ocupados como centros de sustentação para penetrações pelo Zambeze, a fim de se alcançar o “ouro do Monomotapa”¹¹. A situação da época fez com que Quelimane e Inhambane se tornassem feitorias comerciais¹².

Em 1571, Francisco Barreto estabeleceu a primeira expedição ao Monomotapa, mas foi Vasco Fernandes (sucessor de Barreto e responsável pelo governo de Sofala), que decidiu ir explorar a minas de Chicoa (Império Monomotapa), apesar de a procura pelo ouro ter sido em vão. Numa determinada altura, os holandeses e franceses controlavam as possessões e a navegação para a Índia (a partir de 1650), e os portugueses instalaram-se na região da foz do Zambeze tendo aí concentrado o seu dispositivo, por onde haviam entrado, na esperança de encontrar o «famoso ouro do Monomotapa».

Portugal, até cerca de 1641, tinha apenas sob o seu controlo a Ilha de Moçambique e Sofala como posses efectivas, mas em 1752 os portugueses assinaram um acordo com os Árabes de Oman que eram praticamente os proprietários da costa norte do Cabo Delgado, que separava o país em duas grandes zonas de influência (a norte do Cabo Delgado para

¹¹ Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974) – *Dispositivo das nossas forças Moçambique*, capII, p.24-EME,CECA-1989.

¹² Entrepostos comerciais europeus nos territórios estrangeiros que no início foram estabelecidas nos estados da Europa medieval e depois nas colónias mundiais.



os árabes e a sul pertencente aos portugueses, que mais tarde passaria a ser designada por Moçambique).

Nessa perspectiva, *“o domínio do governo português da costa oriental de África exercia-se apenas numa estreita faixa que descia ao longo do litoral, (...), mas com uma penetração ao longo do rio Zambeze, até à vila de Tete”* (CECA, 1987,p.25).

A capital administrativa era a cidade de Moçambique, situada na ilha de Moçambique, e a população portuguesa ia-se fixando lentamente pelas regiões do Quelimane (segunda vila da colónia portuguesa), Tete, na bacia do Zambeze, Sena, Sofala, Inhambane e o presídio de Lourenço Marques.

I.2.2. A conferência de Berlim e a definição das fronteiras de Moçambique

Da corrida da Europa para a conquista do território africano, resultou a definição dos limites do actual território de Moçambique com base na partilha de África feita pelas grandes potências europeias no final do século XIX, durante a Conferência de Berlim (1885), realizada a pedido da Alemanha que queria ter acesso às riquezas naturais de África para adquirir matérias-primas para o desenvolvimento das suas indústrias.

Esta conferência deu início ao colonialismo e resulta da revolução industrial europeia, que com o desenvolvimento da máquina a vapor, passou a dispor de grandes quantidades de energia para transformar matéria bruta em produtos manufacturados. As potências coloniais eram obrigadas a exercerem um domínio efectivo sobre os povos dos territórios africanos, o que implicou a instalação de órgãos de administração colonial e a imposição das leis das potências colonizadoras.

O território de Moçambique foi atribuído a Portugal e concessionado a grandes companhias majestáticas, como a Companhia do Niassa e a Companhia de Moçambique.

Os portugueses encontraram um território sem definição dos seus limites, e com conflitos internos entre as várias tribos dessa região.

O general Teixeira Botelho em *“Os portugueses em Moçambique”* (Gomes, 2002) expressa o seguinte: *“a província de Moçambique não conheceu fronteiras definidas. Os seus territórios estendiam-se até onde os levavam a sorte das armas, a actividade dos seus negociantes e dedicação dos seus missionários.”*

Portugal até uma dada altura apostou e intensificou a sua atitude na pacificação e na defesa das suas terras do interior, mas a Inglaterra sempre contrapôs, e apesar de recuperadas, algumas terras do sul que cercavam Lourenço Marques, outras regiões



ficaram claramente fora das delimitações das fronteiras que actualmente constituem Moçambique.¹³

Durante o período da Grande Guerra, Moçambique serviu de palco a várias operações militares em seguimento de uma etapa de operações que opunha os portugueses, aos belgas e aos Ingleses, enquanto os alemães invadiam Moçambique de uma forma opressiva.

Desde 1918, com a industrialização, foi estabelecida a ligação com os estados vizinhos, e o país foi dividido em três grandes zonas delimitadas pelo rio Rovuma, rio Save e Zambeze.

I.2.3. A origem do povo moçambicano e a sua resistência face ao expansionismo Português

A população de Moçambique é descendente na sua maioria dos povos de origem Bantu¹⁴ da África Central oriundos dos Grandes Lagos (povo que não constituía uma raça específica, mas sim um conjunto de grupos unidos por uma cultura e uma linguagem comum, e tinham hábitos guerreiros), eram nómadas e estendiam-se além fronteiras. Os povos primitivos que habitavam Moçambique viviam nos bosques e eram caçadores e colectores.

Contudo, a política dos portugueses ao estabelecerem uma administração e uma língua oficial única, e o facto de os povos moçambicanos terem herdado uma cultura (cultura banto), deu origem e consistência ao actual estado Moçambicano.

De qualquer modo os povos que constituem Moçambique reagiram desde muito cedo ao domínio colonial. No norte de Moçambique os portugueses, ou militares ao serviço das companhias majestáticas realizaram operações de domínio na zona do Niassa (Companhia do Niassa) e também na zona de Tete (Companhia de Moçambique).¹⁵

Em suma, a ocupação colonial não foi pacífica. No sul, realizaram-se operações contra as forças portuguesas conduzidas por Gungunhana¹⁶, e noutras regiões por Musila Mawewe, Komala, Kuphula, Marave, Mataca e Molid-Volay.

¹³ Ver Anexo K (Definição das Fronteiras de Moçambique).

¹⁴ Ver Anexo I (Distribuição Geográfica dos povos Bantu).

¹⁵ Ver Anexo J (Divisão de Moçambique por companhias majestáticas).

¹⁶ Reinaldo Frederico Gungunhana foi o último imperador de Gaza e o último monarca da dinastia Jamine, no território que hoje é Moçambique. Ficou conhecido por “Leão de Gaza” devido a sua bravura na resistência contra o governo português.



CAPÍTULO II

MOVIMENTO DESCOLONIZADOR EM ÁFRICA – ANTECEDENTES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO

II.1. Do colonialismo às lutas de libertação

O continente africano durante o período do pós – II Guerra Mundial viveu um momento da sua história marcado pelas guerras coloniais, que afectou a sua política e a sua sociedade. Durante o período entre 1961 e 1974 destacaram-se as guerras travadas nas antigas colónias portuguesas: Angola, Guiné e Moçambique.

No entanto, os povos de África sempre resistiram à exploração colonial no princípio de uma forma mais passiva até que a certa altura a revolta culminaria com o emprego de forças armadas e de guerrilha. Isso aconteceu quando a diplomacia deixou de ser uma opção para o alcance da liberdade da população africana.

A guerra de 1961 a 1974 classifica-se como “guerra subversiva” tendo em conta os seus objectivos no panorama das autoridades portuguesas; e como “revolucionária” no que se refere aos movimentos de libertação. Por outro lado, se levar-se em conta o carácter tático, de acordo com o *“emprego de meios e processos restritos com forças ligeiras, dispersas e clandestina, deve ser classificada como sendo uma guerra de guerrilha”* (Afonso; Gomes, 2000, p.14).

Assim, define-se guerra subversiva como sendo, *“uma luta conduzida no interior de um dado território por uma parte dos seus habitantes, ajudados ou não no exterior, contra as autoridades de direito ou facto estabelecido, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território (...)”* (Afonso; Gomes, 2000, p.14).

Contudo, a luta pelo controlo económico do território por parte da minoria branca deu origem a um fenómeno subversivo devido à insatisfação da população nativa que culminou com a luta de libertação nacional. Para contrapor essa situação as forças portuguesas adoptaram a contra – subversão como medida de acalmar os ânimos nas suas colónias africanas (acção psicológica).

No que diz respeito à guerrilha, o ataque por meio de surpresa, acções de sabotagem rápidas, eram habituais atitudes dos homens que as praticavam. Eles tinham o propósito de instalar o terror e pânico sobre as forças convencionais, aproveitando-se também da mobilidade. A tática de guerrilha empregue pela Frente de libertação de Moçambique tem a



sua origem nos princípios de Sun Tsu¹⁷, exposta na sua obra “Arte da Guerra”. Esta tática era empregue pelos mais fracos contra os mais fortes (FRELIMO contra as tropas portuguesas), pois os problemas da falta de meios e materiais para a guerrilha, como também a sua força militar ligeira, faziam com que as forças portuguesas apresentassem um maior potencial de combate. O conhecimento do terreno é um elemento e indispensável numa guerrilha. Outras características que ditam o rumo dos acontecimentos numa guerra de guerrilha são a acção espontânea, o apoio logístico limitado aos recursos existentes na região e, por vezes, a ajuda da sociedade ou extorsão, acções que ditaram a vitória da FRELIMO.

Segundo Aniceto Afonso (2000), os ataques dos guerrilheiros (voluntários e irregulares) são em primeira instância rápidos, para de seguida dispersarem, garantindo sempre que as forças opositoras nunca se reorganizem.

II.2. O pós - II Guerra Mundial

Esse período criou condições mais favoráveis à libertação dos povos sujeitos ao domínio colonial. Por um lado, as potências europeias saíram muito enfraquecidas da guerra e não dispunham de força, nem de recursos para se envolverem em guerras de desgaste. As duas super-potências vitoriosas, os EUA e a URSS, “*dois estados em movimento sem fronteiras definidas*” (Garcia, 2003,p.52), não tinham interesse em manter o colonialismo: os EUA¹⁸ porque eram uma antiga colónia, a URSS¹⁹ porque dispunha de recursos naturais suficientes para desenvolver a sua indústria.

Para os EUA e para a URSS a África passava a ser, não só um espaço de exploração de riquezas, mas um espaço de afirmação estratégica. Cada uma das super-potências vai disputar em África zonas de influência. É esta busca que justifica a política de alianças que quer os EUA, quer a URSS fazem com alguns dos movimentos de libertação, pois estes vão procurar nestas duas super-potências os seus apoios para a luta de libertação. A China entrará mais tarde nesta luta pela influência em África.

¹⁷ Um dos maiores estrategas militares da história de todos os tempos, (544- 496 A.C), foi o autor do livro “*A arte da guerra*”, livro chinês que explanava táticas militares que por intermédio de Caio Fernando Abreu e Miriam Paglia traduziram o livro para português. Sun para além de ter sido um dos primeiros realistas no campo das ciências políticas, foi um general que viveu no estado Wu no século VI a.C.

¹⁸ Estado que controlava todo o ocidente democrático e parlamentar.

¹⁹ Estado marxista e leninista que controlava toda a Europa Oriental.



A criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi a grande *“aliança político-militar em tempo de paz”* (Garcia, 2003), implementada por parte dos Estados Unidos da América. A URSS criou por sua vez o Pacto de Varsóvia²⁰, a 14 de Maio de 1955, de modo a estabelecer-se um equilíbrio de forças entre estas duas super-potências.

Podemos observar que o continente africano *“servia de complemento ou fonte de rendimento da Europa e a Europa podia ser batida em África – pela integração dos seus territórios no respectivo quadro de responsabilidades geoestratégicas”* (Garcia, 2003,p.53).

No período da Guerra Fria, foram desenvolvidos variados conflitos regionais em que os adversários se enfrentavam em regiões com interesse estratégico e económico para a Europa (caso de África), acontecimento esse que já se havia desencadeado com a Guerra Civil da Grécia. Estas zonas de disputa serviam também de *“periferias de desempate, sendo Cuba o primeiro exemplo da confrontação directa (...)”* (Garcia, 2003,p.53).

A URSS apoiou e incentivou o espírito dos países reivindicadores, pois nas disputas entre as superpotências estava em causa o objectivo final desses países, as posições estratégicas, e o acesso a matérias-primas e aos mercados.

O governo de Salazar saiu da II Guerra Mundial com uma imagem de neutralidade entre os aliados, apesar de ter sido excluída da reorganização do novo sistema internacional. Portugal não foi convidado a participar na conferência de S. Francisco e em 1945 a sua candidatura às Organizações das Nações Unidas foi vetada pela URSS e obrigado a abdicar do “plano Marshall”²¹, devido às influências dos EUA.

Devido à natureza ditatorial do regime salazarista, Portugal não participou no processo de unificação europeia, mas mais tarde com o desenvolvimento da Guerra Fria, Portugal foi convidado a fazer parte dos membros da NATO, em certa parte devido ao interesse geoestratégico dos Açores para os norte-americanos.

Temos que salientar que o grande escudo de protecção da ditadura perante os aliados internacionais dos portugueses, durante o período da guerra colonial, estava associado à sua condição de membro da NATO e também ao interesse estratégico na base norte-americana dos Açores, muito rentável em termos de política externa.

²⁰ Tratado de Varsóvia foi uma Aliança feita pela União Soviética e pelos países socialistas do Leste Europeu (bloco soviético), em 14 de Maio de 1955 em Varsóvia (Polónia), para contrapor à OTAN que uniu as nações capitalistas da Europa Ocidental e os EUA. Os países que assinaram esse tratado a (União Soviética, Bulgária, Hungria, Polónia, Alemanha Oriental, Checoslováquia e Roménia) pretendiam que as principais acções deste Pacto estivessem centralizadas a se realizar dentro dos países membros, com vista na repressão de revoltas internas.

²¹ Foi o Programa de Recuperação Europeia e um aprofundamento da Doutrina Truman. Foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.



Segundo Pinto (2001), o colonialismo português do Pós-guerra, na alçada de um escudo protector do Império Francês em África e Império Britânico, destacou-se por ser dominado por um sistema político ditatorial, apesar de ser atrasado cultural e economicamente.

II.3 A conferência de Bandung e o Terceiro Mundo

Para tentar sair da lógica do confronto directo entre as super-potências, os países asiáticos e alguns novos estados africanos reuniram-se em Bandung para coordenarem esforços. Assumiram o estatuto de Terceiro Mundo, entre o primeiro mundo das potências ocidentais industrializadas e o segundo mundo dos países na órbita da URSS.

Segundo a expressão usada por Sukarno²², durante a conferência, foram reunidos por iniciativa das potências de Colombo, “os povos mudos do mundo”²³.

Assim, durante o período da Guerra Fria, com a ascensão do terceiro mundo destacaram-se vários protagonistas, a ter em conta: o Coronel Gamal Nasser, o Marechal Tito e Pândita Nehru. Estes líderes procuraram com maior ou menor sucesso estabelecer alguma distância política e estratégica com os EUA e a URSS, passando a designar-se como Movimento dos Não Alinhados. Na realidade, os Não Alinhados estiveram sempre mais próximos da URSS do que dos EUA.

O “neutralismo africano”²⁴ foi fruto da transposição da ideologia do terceiro mundo para a prática da acção, estabelecendo-se assim o anti-colonialismo. O neutralismo permitia com que os países tomassem, em cada situação e ocasião uma *“posição que lhe favorecesse e conviesse segundo os seus interesses, em que a moeda servia de troca por concessões que se iam extorquir.”* (Garcia, 2003,p.54).

Os povos afro-asiáticos ao tomarem consciência da importância de se aliar a qualquer uns dos blocos principais em questão, demonstraram como o antigo pensamento de equilíbrio já havia sido ultrapassado.

Os objectivos da primeira conferência do Terceiro Mundo sustentavam-se na afirmação da independência das colónias, o que indicava uma tomada de consciência do

²² Primeiro presidente da Indonésia em 1945, participou activamente no movimento de independência do seu pai contra a Holanda. Sukarno foi caracterizado por ter tido um regime de Democracia Guiada (onde não havia alternância de poder). Ele procurou fortificar o movimento não-alinhado, enquanto recebia ajuda financeira da União Soviética e os EUA.

²³ Os que até à altura tinham sido representados por um colonizador soberano, e se reconheciam como povos de cor.

²⁴ Política orientada dos povos Afro - Asiáticos.



valor da população asiática e reconhecia a solidariedade para com os povos africanos. Contudo havia a necessidade de se ajudar todos os povos dependentes das suas potências coloniais a alcançarem a sua própria soberania.

Nesta conferência concluiu-se que o colonialismo era um mal que se devia por término, pois a violação dos direitos humanos subscritos na Carta das Nações Unidas, e a declaração Universal dos Direitos do homem tinham sido violados com a exploração dos povos estrangeiros. Esta conferência permitiu que a URSS estabelecesse contactos permanentes e passivos entre os países comunistas, anticomunistas e neutros, e puderam influenciar directamente o comportamento dos países colonizados consoante os seus interesses. Assinalou-se também nesta conferência o regresso da China à cena asiática, como maior parceiro dos países africanos.

O fim desta conferência criou um ambiente anti-ocidental que previa a realização da conferência de Cairo, que permitiu a Nasser desenvolver e reforçar a sua actividade de liderança sobre os Árabes.

Segundo Garcia (2003), *“Bandung será um marco do aparecimento formal do terceiro mundo como unidade ideológica”*.

II.4. O movimento descolonizador e as independências de África

O pan-africanismo foi uma das correntes que esteve na origem do movimento descolonizador. Henry Silver Williams, foi o grande precursor do movimento pan-africano (em destaque no período pós conferência de Bandung como componente africana). O pan-africanismo, como movimento descolonizador, era caracterizado por uma enorme diversidade de manifestações, mas o seu objectivo geral era a emancipação geral da população africana do domínio colonial. Num dos seus vectores mais intelectualizado encontrava-se o conceito de Negritude do haitiano Prince Mars, *“transmitia a sua força de vontade de afirmação da personalidade política Africana”* (Garcia, 2003,p.54), e incluía dirigentes como Leopold Senghor.

Com Du Bois o movimento lutava com maior determinação pela igualdade racial, liberdade individual, socialismo democrático e autodeterminação nacional e passou a ter um carácter mais consciente e bem estruturado com objectivo de entregar aos africanos as suas terras africanas. Nas origens do pan-africanismo encontramos Blaise Diagne, que conseguiu realizar o I congresso pan - africano durante a conferência de Paz em Paris, em 1919 para «a protecção dos indígenas de África e dos povos de origem africana».



Blaise Digne assinou o manifesto de “Apelo ao Mundo” pela justiça, solidariedade, igualdade, cooperação entre todas as raças do mundo e estabeleceu-se a análise do território colonial. O marco de grande destaque durante o congresso foi a fundação da “Associação Internacional Africana”.

Após essa reunião foi realizada uma outra petição às potências aliadas com o intuito de colocar um regime de mandato sob o controlo internacional em alguns países africanos a ter em conta: os Camarões, o Togo, Tanganica e o Sudoeste Africano. O marco de grande destaque durante o congresso que haverá sido realizado foi a fundação da “Associação Internacional Africana”.

Em 1923 durante o III congresso (transferido para Lisboa) do movimento pan-africano, destacaram-se as críticas à situação vivida pelos trabalhadores colonizados nas províncias ultramarinas portuguesas. Essas críticas pretendiam obrigar os portugueses a melhorarem o regime trabalhista nas suas colónias. Neste congresso abriu-se caminho para a Paz e uma nova visão do mundo no que respeita ao desarmamento dos povos e a organização comercial e industrial das colónias ultramarinas.

A doutrina pan-africanista só começou a tomar uma forma bem definida a 1927, com a realização do IV Congresso em Nova York, onde se reivindicava a presença representativa e participação dos negros perante os governos que os representavam, lutava-se pelo ensino primário gratuito, pela adaptação da justiça às exigências locais, pelo fim do comércio de escravos, contrabando de álcool e dava-se especial preponderância ao desarmamento mundial e a supressão da guerra colonial.

Como resultado do V Congresso originou as primeiras reivindicações para a independência concreta e imediata dos povos colonizados e o recrutamento de bases, o que impulsionou novamente o movimento pan-africanista a aderir ao emprego de vias de acção directa, com o empenho de meios de resistência pacífica. No que diz respeito a Portugal, apareceu a 1921 em Lisboa a “Liga Africana” da “Junta de Defesa dos direitos de África”, baseada nos princípios de Du Bois. Esta junta deu origem ao “Partido Nacional Africano”, e a criação do “Movimento Nacional Africano” em 1931, marcando a história da sociedade africana, pois ela tinha como objectivo fundamental a defesa da União de todos os africanos portugueses, iniciando deste modo a luta pela separação das parcelas ultramarinas.

Kwame Nkrumah do Gana, na luta anticolonial, passou a desempenhar sempre em concordância uma dupla função: a de líder pan-africano e garante da liderança do grupo afro-asiático, em conjuntura com Sukarno, Nasser e Nehru.



Estes últimos acontecimentos originaram outras duas conferências: A conferência de Tânger, em que se notabiliza o facto da admissão do princípio da luta subversiva; e a segunda, a de Acca, que era considerada a primeira conferência dos Estados Africanos Independentes (de 15 a 22 de Abril de 1958).

Na conferência de Acca, Nkrumah e o seu conselheiro George Padmore, conseguiram reunir os representantes da África do Norte e da África Negra frente a frente, em que o objectivo primordial a vista do líder Ganês era a luta anticolonialista.

Nesta conferência destacaram-se duas novas perspectivas: uma que seguia os princípios da Carta das Nações Unidas, Declaração da conferência de Bandung e a Declaração dos Direitos do Homem, com uma exorbitante unidade em relação ao Ocidente.

A segunda perspectiva defendia a marcação de uma data exacta para a independência para cada um dos países ainda sob o domínio colonial. Nesta conferência emitiu-se um convite as potências governantes para que acabassem com a repressão nos territórios colonizados (Garcia, 2003).

Em resumo: O movimento descolonizador iniciou-se no pós - II Guerra Mundial na Ásia e estendeu-se posteriormente para África. Após a conferência do Cairo, com a afirmação do sentimento anticolonialista, o movimento Afro-asiático desenvolveu não só várias actuações nos continentes que o identificava (África e Ásia), como também passou a agir de forma conjunta na ONU.

II.5. A situação de Portugal perante o movimento descolonizador

A questão colonial foi o centro da política de Portugal desde o final do século XIX até ao 25 de Abril de 1974. Primeiro com a Monarquia, depois com a 1^a República e, por fim, com o regime do Estado Novo, as colónias foram o elemento determinante da política portuguesa. As colónias representavam a grandeza e a riqueza de Portugal, e a defesa das colónias como parte integrante de Portugal representou para o regime de Salazar e de Caetano a possibilidade de sobrevivência política e económica.

Assim, um conjunto de razões de ordem histórica, política e económica fazem com que o regime de Salazar não possa aceitar negociar a independência das suas colónias e tenha optado por defendê-las mesmo à custa de uma longa e desgastante guerra e contra a opinião dos seus aliados tradicionais.



Com a administração Kennedy, no poder dos EUA, houve uma pressão activa sobre o governo Português, principalmente para a descolonização de Angola, que foi diminuindo com as administrações que se seguiram.

Na verdade, a guerra colonial portuguesa passou a ser olhada com alguma neutralidade e a receber o apoio, embora mitigado, de alguns Aliados de Portugal, especialmente da França e da Alemanha. Porém, o encerramento dos contactos com os movimentos independentistas das colónias portuguesas, por parte da administração norte-americana, fortaleceu ainda mais a política portuguesa.

Contudo a ditadura era *“um aliado da NATO defendendo o Ocidente e os seus flancos africanos. (...), a presença portuguesa em África convinha bastante às outras potências da NATO, (...)”* (Pinto, 2001,p31).

O “isolamento progressivo” do governo de Salazar marcava decisivamente a história da resistência portuguesa perante a descolonização, pois havia algumas potências da Europa que já ensaiavam alternativas de resistência à descolonização. Em 1950, a União Indiana apresentou uma reclamação formal sobre a sua soberania sobre Goa, Damão e Diu e uma proposta de negociações, porém, Lisboa foi inflexível perante a proposta apresentada. Com a intenção de escapar às imposições internacionais sobre os territórios sujeitos à administração colonial, o governo Português utiliza o expediente da mudança formal de estatuto das colónias, passando-a considerá-las províncias ultramarinas. Neste tempo, o governo português para responder ao desafio da fundação da CEE (Comunidade Económica Europeia), aderiu à EFTA (Associação Europeia do Comércio Livre).

Passada a II Guerra Mundial, em 11 de Junho de 1951, *“O Império passou a Ultramar e as colónias a Províncias, que como parte integrante do Estado, eram solidárias entre si e com a Metrópole”* (Garcia, 2003,p.77), o que permitiu a consumação da integração do Acto colonial, que segundo as ideologias de Marcelo Caetano tinha como objectivo fundamental, a afirmação do princípio da unidade nacional.

Com Marcelo Caetano, o Estado Novo manteve a política de afirmação do estado pluricontinental e pluriracial, e a guerra sem outra perspectiva que não fosse a manutenção do *status quo*.



II.6 O início da luta pela independência nas colónias portuguesas – Angola, Guiné e Moçambique.

A luta pela independência das colónias portuguesas teve o seu início em 1961 e vai até 1974. Os confrontos armados tiveram o seu ponto de partida a 4 de Fevereiro de 1961 em Angola, com o assalto aos presídios de Luanda.

Em Março de 1961, ocorreram assaltos a várias fazendas e postos administrativos do Norte, na região dos Dembos e dos distritos do Congo. Esta região abrangia os distritos de Uije, Zaire e Quanza Norte e seria designada pelas autoridades militares portuguesas como a Zona Sublevada do Norte (ZSN).

Mais tarde a guerra em Angola estender-se-ia à selva equatorial de Cabinda, e às savanas das Terras do Fim do Mundo, no Leste.

A UPA (União dos Povos de Angola), mais tarde FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), foi o movimento de guerrilha que desencadeou as acções de Março de 1961, nos Dembos.

O êxito inicial conseguido pelas forças portuguesas, implicou o emprego de maior número de forças de Portugal, mas as acções de guerrilha passaram a ser conduzidas de seguida pelo MPLA, que conseguiu expandi-las não só pelo norte, como por Cabinda e pela UNITA a Leste, dando-lhe uma dimensão nacional.

Na Guiné, a luta teve início em Janeiro de 1963, com o ataque ao quartel de Tite, sul de Bissau, pelos guerrilheiros do PAIGC. Na Guiné, tal como em Angola, a guerra estendeu-se por quase todo território, obrigando o governo português ao emprego de um elevado número das suas forças.

Em Moçambique, as acções armadas começaram em Setembro de 1964, quando os guerrilheiros da FRELIMO realizaram a sua primeira acção atacando a localidade de Chai, em Cabo Delgado. As suas acções estender-se-ão de Cabo Delgado, ao Niassa e a Tete, até atingirem a região da Beira, no final da guerra.

Em suma, os motivos que justificaram o embate dos movimentos de guerrilha das colónias portuguesas prendem-se pelo *“inalienável princípio da autodeterminação e independência”* (Afonso; Gomes, 2000), num quadro internacional de apoio e incentivo à sua luta.



CAPÍTULO III

A LUTA DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

III.1. Os primeiros sentimentos anti-coloniais.

Quando se deu a vitória do liberalismo, o governo português tinha sob a sua alçada uma região na costa oriental de África, que ia desde uma ínfima *“faixa que descia ao longo do litoral, desde a baía do Tungue, ilhas Cherimbas (foz do rio Rovuma), ilha de Moçambique e costa fronteira, com frequentes soluções de continuidade e bocas do rio Zambeze, ao longo do qual penetrava até ao interior da vila de Tete e volvia ao sul, numa faixa costeira ainda mais interpolada e exígua, por Sofala, Inhambane e Lourenço Marques”* (Gomes, 2002,p.11).

O território moçambicano apresentava uma estrutura subordinada a um governo-geral que controlava as suas províncias através de governos subalternos, e, por vezes, a existência de capitânias (irregulares e não uniformes). As forças militares, sempre procuraram manter o controlo das regiões e continham no seu contingente um número reduzido de negros alistados à força e alguns voluntários.

O primeiro efectivo de tropas portuguesas chegou a Moçambique em 1864, destinados às campanhas do Zambézia, de seguida, em 1869, um batalhão de caçadores manteve o seu aquartelamento na ilha de Moçambique, que estava dividido num contingente para a campanha de Cabo Delgado e outro para as campanhas de Angoche.

No território Moçambicano, a presença portuguesa limitava-se ao controlo das regiões do vale do Zambeze até ao Zumbo, ilha de Moçambique e a faixa costeira do território.

O fenómeno colonial português foi também fruto da ocupação efectiva após a partilha do mundo na conferência de Berlim, em que as regiões da África austral ficaram sob o direito Português.

Em 1886, Portugal assinava um tratado com a Alemanha para definir a fronteira norte de Moçambique, como sendo o rio Rovuma, e em 10 de Janeiro de 1890 a Inglaterra apresentou um ultimato para que Portugal retirasse as suas forças sobre Chirre (o que culminou com a definição permanente das fronteiras moçambicanas em 1890).

A “província de Moçambique” foi um território conquistado pelos colonos portugueses onde já se havia iniciado a revolta em 1912, quando uma força da companhia do Niassa



instalou no “sultão mouro” de Mataca (um posto designado de Tenente Valadim, oficial morto em 1888).

A resistência por parte do povo moçambicano marcou a sua presença já desde a I Guerra Mundial por intermédio das acções das tribos yao (ajauas), tendo como auxiliar as forças alemãs de Van Stumer no período em que ele, vindo da Tanganica, atravessou o rio Rovuma. Os ajauas e macuas tiveram uma segunda revolta em 1918, opondo-se à mão-de-obra forçada (xibalo) e o pagamento obrigatório do tributo, que ia desde o lago Niassa até à costa, abrangendo as regiões de Sancul e Angoche.

Após a I Guerra Mundial, com a conferência de Paz de Versalhes, Portugal apenas ficou a ganhar com a região de Quionga (uma pequena região das antigas colónias alemãs). O período intermédio entre as duas grandes Guerras no que se refere ao objectivo das forças portuguesas, estas apenas se limitavam ao controlo das vilas e cidades costeiras, pois existia um reduzido número de colonos em tarefas críticas. Esta situação fez com que a população nativa fosse obrigada a localizar-se nos centros urbanos dos países vizinhos, perto das fronteiras. As grandes empresas estrangeiras captavam o «essencial da produção da riqueza», o que nos anos seguintes foi um dispositivo fiável e inalterável, mesmo com a influência do movimento descolonizador que permitiu a separação da Rodésia e a Niassalandia, como também a independência da Tanzânia.

No que diz respeito ao “Nascimento do sentimento nacionalista em Moçambique”²⁵, é de referir que após 1956, o movimento anticolonial que havia influenciado a Tunísia, o Sudão e Marrocos, conduziu também o Gana à independência. Com isso, depois de vários países africanos se terem tornado independentes, restavam os territórios das colónias portuguesas, onde a entrega da liberdade territorial aos povos nativos era uma ideia impensável.

III.2. A formação dos primeiros movimentos nacionalistas

No que se refere à origem dos primeiros movimentos nacionalistas em Moçambique, deve ter-se em conta o período em que nasceu a pequena minoria de intelectuais da elite de crioulos e urbanos, pois foram as suas ideias que levaram ao aparecimento dos modernos movimentos independentistas da África Portuguesa.

²⁵ Consultar Apêndice B (O Nascimento do Sentimento Nacionalista).



Existiram dois outros factores que contribuíram para a génese dos movimentos independentistas a ter em conta: “*os grandes aglomerados urbanos e a emigração para os países vizinhos*” (Afonso; Gomes, 2000,p.129).

A consciência da realidade sobre o facto de o governo Português não estar disposto a aceitar uma evolução pacífica e democrática da liberdade colonial em Angola, Guiné e Moçambique, por parte dos povos ultramarinos não tardou a surgir e o movimento descolonizador estava claramente convencido de que a conquista da libertação total deveria ser alcançada através de uma revolução armada.

Em Moçambique, o desencadear de uma revolução no interior do território iria conduzir à formação de um movimento unificador, em que o seu catalisador seria marcado pela visita de Mondlane, em 1961, ao território moçambicano. Existiram outros catalisadores que contribuíram para fortalecer as ideias da luta pela independência: a “Operação Dulcineia” (Janeiro de 1961), que visava consciencializar a população mundial acerca da situação política em Portugal e a invasão dos Estados da Índia (Damão, Diu e Goa), em 1961.

Após os acontecimentos em Angola e na Índia, dever-se-ia exercer uma acção capaz de contrapor a soberania portuguesa e ao mesmo tempo manter-se uma protecção à população europeia, oriunda do povo nativo maconde. Em Maio de 1961, a população dos macondes portugueses acabou por ser afectada por organizações partidárias constituídas por elementos descontentes. No que diz respeito à situação social territorial, o governo Português implementou um sistema de culturas obrigatórias, condicionou a mobilidade geográfica e as remunerações, aplicou um elevado imposto de palhota e recorreu ao trabalho forçado. Ora, nenhum destes aspectos favorecia a troca comercial local. Com estas acções estavam reunidos todos os condimentos necessários para o desenvolvimento de uma acção de resistência anticolonial política por parte da população de Moçambique e, ainda, uma resistência de carácter independentista.

Os principais movimentos independentistas moçambicanos eram constituídos pela população emigrante dos países circunvizinhos e independentes (a Tanzânia, Malawi e Zâmbia). Estes minúsculos movimentos tinham em comum o facto de os seus membros militares ou a direcção terem se fixado durante muito tempo no exterior.



CAPITULO IV

A GÉNESE DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO)

IV.1. Os primeiros grupos nacionalistas

Para falarmos da génese dos grupos nacionalistas moçambicanos, é necessário considerar o importante acontecimento que desencadeou o início da luta armada no território Moçambicano: o “Massacre de Mueda”.

Nesse massacre ocorrido em Cabo Delgado a 16 de Junho de 1960, reuniram-se vários agricultores com o objectivo de exigirem ao governador da região, melhorias das suas condições de vida e uma provável criação de cooperativas em Mueda.

Porém, com o recurso a armas, e depois de quatro horas sem chegarem a um acordo, a multidão foi obrigada a dispersar por intermédio das autoridades locais. Neste massacre morreram cerca de duas dezenas de pessoas, ficando, deste modo, marcado na história da sociedade maconde (já empenhada desde o início da luta armada contra a administração portuguesa). Todavia, esses macondes vieram a constituir a considerada coluna vertebral da Frente de Libertação Moçambicana.

Foi com base nas populações dos países vizinhos que o movimento Independentista moçambicano pôde desenvolver-se (Malawi, Zâmbia e Tanzânia), pois a maioria dos habitantes das suas fronteiras pertenciam aos grupos étnicos de Moçambique. Mais tarde, vieram a juntar-se aos grupos étnicos moçambicanos “*os povos exilados procedentes da pequena burguesia nativa*” (Afonso; Gomes, 2000, p.112), que pertenciam às cidades do Sul do país, com destaque para Maputo e Beira.

Nesta perspectiva e segundo (Afonso;Gomes, 2000), podemos considerar que os primeiros partidos que surgiram em Moçambique foram a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO).

IV.2 A formação da FRELIMO

Para se falar da formação da Frente de Libertação Moçambicana temos que ter em conta duas perspectivas distintas: uma vertente oficial que apontava para a formação da FRELIMO para 25 de Junho de 1962, oriunda da reunião da CONCP (Conferência das



Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), realizada em Dar es Salam. Nessa reunião se unificaram os três agrupamentos políticos (UDENAMO, a MANU e a UNAMI) num único órgão representante do povo de Moçambique que veio a conduzir o país para uma libertação nacional em 1975. A esses agrupamentos que constituíam a FRELIMO, juntaram-se outras organizações moçambicanas do interior do país.

A outra vertente, considerada como uma vertente histórica (mais complexa), apresenta duas hipóteses; uma onde se espelhavam as razões das agitações internas da Frente até à liderança de Samora Machel, e dizia que a FRELIMO tinha origem na reunião entre a UDENAMO e a MANU (em 2 de Junho de 1962) em Acra (Gana). A outra hipótese afirmava que foi durante a *All Freedom Fighters Conference* (convocada por intermédio de Nkrumah) que os elementos desses dois agrupamentos políticos selaram o acordo de união entre eles. Durante a conferência destacaram-se as seguintes personalidades como delegados da UDENAMO, Adelino Gwambe, Fanuel Mahluza, Marcelino dos Santos e Calvino Mahlayeye. Entretanto, do lado da MANU os delegados foram Mateus Mhole, Daúd Atupale e Samuli Diankali.

Nessa perspectiva e segundo Gomes (2009), foi com a confirmação dos acordos de unificação da UDENAMO e a MANU, que Adelino Gwambe (como presidente da UDENAMO) propôs FREDEMO (Frente Democrática de Moçambique) como designação do novo movimento que se havia formado. Mas, segundo Fanuel Mahluza, FRELIMO seria a designação que mais se adequava, e Marcelino dos Santos apoiou Mahluza ao escolher FRELIMO, de acordo com a sigla que lhe soava melhor.

Por conseguinte, mais tarde foi destacado Eduardo Mondlane²⁶ como líder da FRELIMO que além de dirigir e se empenhar decisivamente na luta de libertação nacional, contribuiu decisivamente para o estabelecimento dos objectivos do movimento formado.

IV.3. Objectivos da FRELIMO e o pensamento marxista-leninista

Os grupos políticos que constituíram a FRELIMO eram de base étnica, portanto, a escolha de Mondlane como líder foi um factor importantíssimo para a manutenção da coesão interna do movimento, pois ele manteve-se neutro não pertencendo a nenhum dos grupos destacados.

Nesta perspectiva, ao considerarmos as divergências entre os movimentos que se uniram para formar a FRELIMO (UNAMI, MANU e UDENAMO) e os seus dirigentes,

²⁶ Ver Anexo P (Biografia de Eduardo Mondlane).



percebemos a necessidade da criação de um movimento unitário de representação de todo o povo moçambicano para que a resistência contra o governo português tivesse maior impacto e sucesso (causa fundamental da formação da FRELIMO). É notável a pressão exercida por alguns movimentos como a COMCP (do governo do Tanganica), UDENAMO, a PAFMAESCA e de alguns líderes como Nyerere e Nkrumah, personalidades e órgãos que influenciaram a formação da Frente de libertação moçambicana. A FRELIMO tinha na sua base a ideia primitiva de ser considerada como o órgão coordenador das acções dos múltiplos movimentos moçambicanos e foi reconhecida como o único representante do povo moçambicano pela OUA.

No entanto, essa Frente era constituída por membros de origem moçambicana sem que houvesse distinção de etnia, sexo, lugar de domicílio ou crença religiosa. Era um movimento que pretendia acabar definitivamente com a domínio colonial português em Moçambique, conquistar a Independência imediata e completa do território Moçambicano, defender e preconizar reivindicações de todo o povo moçambicano oprimido e explorado pelo regime colonial português.

Nesse contexto a Frente desencadeava a sua propaganda sustentada na necessidade de lutar pela independência, opondo-se à exploração colonial. Por outro lado, as acções políticas decisivas e a acção de conquista de adeptos para a casa nacionalista processou-se predominantemente nos meios urbanos, como é o caso dos intelectuais de Lourenço Marques (Craveirinha, Rui Nogar, Malangatana e, entre os estudantes da Beira, Marcelino dos Santos).

Os movimentos considerados “democrato–revolucionários” que constituíram a FRELIMO possuíam nos seus quadros activistas de ideologia “marxista–leninista”, prevalecendo entre eles a ideia de uma mudança para movimentos comunistas. Um indicativo de que a FRELIMO ainda era vista como uma força independentista comunista é o facto de ainda não se proclamar como sendo marxista.

Todavia, Mondlane só em 1969 é que admitiu que a ideologia do movimento tendia para um marxismo-leninismo. Samora Machel²⁷ defendia que aquela ideologia política surgiu do processo de luta interna entre as classes, o que permitiu interiorizar e assumir os fundamentos do socialismo científico. Na perspectiva portuguesa “a FRELIMO era parte integrante de uma estratégia global comunista, induzida para um conflito a partir do exterior”. (Garcia, 2003,p135).

²⁷ Ver Anexo Q (Biografia de Machel).



Na perspectiva da FRELIMO, a libertação nacional moçambicana consistia, para além do fim do colonialismo português, na construção de um homem novo e de um país novo, mas sem autoridade administrativa colonial. A FRELIMO doutrinava os seus quadros e procurava incutir neles o espírito independentista e de construção nacional, implementando uma ideologia de uma nação unida com manutenção das suas fronteiras territoriais moçambicanas.

Para a FRELIMO as suas palavras de ordem eram o “Estudo”, a “Produção” e o “Combate”, sendo que a sua revolução era *“caracterizada por uma acção consciente, resoluta e incisiva de massas populares”* (Garcia, 2003,p135).

A revolução desenvolvida pela FRELIMO era uma revolução do povo e para o povo, em que os militares que pertenciam aos quadros da FRELIMO serviam de instrumentos armados.

Em suma, a revolução do ponto de vista da Frente só podia ter sucesso através de uma mobilização política geral da população, por meio da propaganda, e a progressiva indução do povo no seu apoio com emprego total das suas energias e possibilidades.

IV.4. Os grupos, as ideologias e os interesses da Frente

IV.4.1.Os homens do sul

As lutas intestinas que assolaram a FRELIMO nos primeiros momentos foram na sua grande maioria motivadas pela desconfiança numa liderança shangana e sulista, que tinham como colaborador o regime colonial e os EUA. Esta situação levou os macondes do norte do território, pertencentes à MANU, a fazerem a primeira incursão armada em Moçambique, contra a Missão Católica de Nangololo que culminou com a morte de um padre holandês.

IV.4.2. Os macondes

Os Macondes ocupam a região a Norte do rio Rovuma, e a ancestralidade é a base da sua hierarquia e a organização social, opõem-se aos muçulmanos, são orgulhosos e desconfiados. Porem, os macondes sempre mantiveram afinidades de cultura e língua com os povos da Tanzânia. Os macondes de Moçambique vivem numa região de grandes e densas matas, que constituem uma protecção natural que isolava este povo, região que é limitada a Norte pela fronteira da Tanzânia; a Sul pelo rio Messalo e rio Rovuma; a Leste pelo mar e a Oeste pelo rio Lugenda. O maconde é altivo, forte e de personalidade definida.



Por conseguinte, *“É pois natural que (...), Kavandame não aceitasse de bom grado sujeitar-se a jovens urbanos, assimilados, iguais aos europeus, vindos do Sul para lhe dizerem o que ele devia fazer” (Gomes, 2002,p34-35).*

Os macondes por intermédio de Kavandame fizeram uma aliança táctica com a FRELIMO, pois ele pretendia a liberdade do seu povo, enquanto os jovens dirigentes da FRELIMO, apoiantes de Mondlane, queriam um Moçambique independente à moda da Argélia, do Tanganica e do Quénia. Os objectivos de Kavandame podiam concordar em certa parte com os da FRELIMO, por isso Kavandame integrou-se na FRELIMO, *“(...) eram os Macondes que suportavam o esforço principal da guerra, que eram os Macondes que combatiam, (...) e eram obrigados a juntarem-se em miseráveis acampamentos à volta dos quartéis portugueses. Mas eram os jovens do sul que os comandavam” (Gomes, 2009).*

As acções desse líder levaram os militares portugueses e o General Kaulza de Arriaga a darem uma atenção especial à sociedade maconde, o que desembocou na operação “Nó Górdio” por parte das forças portuguesas a 6 de Agosto de 1970 em Cabo Delgado.

IV.4.3. O I congresso da FRELIMO

Eduardo Mondlane, no início de 1962, decidiu empenhar-se inteiramente na luta de libertação nacional. Foi então encarregado de organizar o I Congresso da FRELIMO.

Este congresso realizou-se entre 23 e 28 de Setembro de 1962, em Dar es Salam, no “Arnotorgh Hall”, onde estiveram presentes cerca de 500 observadores e 80 delegados. Pretendia-se com esse congresso, *“a formulação de um governo do povo, pelo povo e para o povo, em que a soberania da nação fosse fundada na vontade popular, (...)” (Garcia,2003,p.136).*

Contudo, na 5ª resolução deste congresso ficou patente o objectivo de empregar todos os esforços para se alcançar rapidamente a independência, e incluí-se nela a organização de actividades permanentes de propaganda, com vista a mobilizar a opinião pública do mundo a favor da causa moçambicana empregando todos os métodos possíveis.

Nesta altura, segundo Mondlane, a FRELIMO era capaz de fazer de tudo para conquistar a independência por meios pacíficos, mas estava convencido da necessidade de um confronto armado. Durante esse congresso decidiu-se que em Janeiro de 1963, a FRELIMO pediria a independência de Moçambique ao governo Português, caso não fosse aceite, iniciariam a luta armada em Março (o que não veio a acontecer).



De seguida, a 12 de Outubro de 1963, a FRELIMO exigiu uma negociação directa ao governo português, acerca do futuro do território Moçambicano.

No que se refere aos objectivos dessa conferência, definiu-se que se devia lutar contra o colonialismo português até à obtenção da independência. Esse congresso elegeu o I Comité Central da FRELIMO. Para tal foram nomeados Eduardo Mondlane, como presidente; Uria Simango, como vice-presidente; David Mabunda, como secretário-geral; Paulo Gumane, como vice-secretário-geral; Silvério Nungu, como secretário; Johanes Mechambezi para cargo de tesoureiro; Marcelino dos Santos, como secretário para as Relações Externas; e Leo Millas, como secretário para a Cultura e Informação.

Depois do Congresso, Eduardo Mondlane regressou para os Estados Unidos, a fim de cumprir o seu contrato com as Nações Unidas, deixando assim muitos problemas por resolver.

De 1962 até ao início das hostilidades, a FRELIMO fortaleceu as suas relações com os países vizinhos, enviando militares que após o seu regresso receberam a missão de iniciar a luta armada. Contudo, a liderança de Eduardo Mondlane e a vida da FRELIMO não foram tranquilas entre 1962 e 1963, sendo influenciadas negativamente por Leo Millas.

Com isso, a primeira direcção da Frente, saída do acto da fundação, acabou por se desmembrar em Maio de 1963 dando lugar a novos partidos e absorvendo outros que acabavam por desaguar na FRELIMO.

IV.4.4. Dissensões internas

Após Mondlane ter regressado dos EUA, deparou-se com a situação conflituosa que já assolava a Frente, por isso primeiro centralizou os seus esforços na resolução dos conflitos internos do movimento. Para tal a FRELIMO preparou os seus efectivos para abranger as áreas da “Psicologia”, “Segurança” e “Treino de combate”, mas as divergências internas do partido não deixaram de existir.

No início da formação da Frente, havia uma tendência para uma segregação dos seus partidos internos, o que originou novos partidos, pois reclamavam a sua representatividade.

É nesse contexto que se justifica o aparecimento de uma nova UDENAMO, da COREMO, da MORECO e da UNAR. Por outro lado, a MANU e a UDENAMO mostraram-se desagradados com as hesitações de Mondlane em iniciar a luta armada. Assim, essa impaciência surgiu e simultâneo com as lutas que se travavam na FRELIMO, desde 1962, e motivadas pela desconfiança da liderança shangana e sulista.



As rivalidades étnicas e a luta pelo poder passaram a ser habituais e o facto de Mondlane ter regressado por meio ano ao EUA, para concluir os trabalhos e compromissos com a ONU, também contribuiu para aumentar essa rivalidade. Em Janeiro de 1963 surgiram os primeiros desentendimentos graves no seio da FRELIMO, devido ao quase linchamento do Secretario de Publicidade (Leo Millas) e a expulsão dos demais membros pertencentes ao movimento. Nesta sequência, os membros que provocaram estas divergências, foram excluídos pelas autoridades do Tanganica, e em Kampala foi emitido um comunicado que desvinculava a UDENAMO da FRELIMO.

Seguidamente, em Maio de 1963 foram verificadas novas divergências, desta vez entre Baltazar Costa da UNAMI e Mondlane. Costa prescindia do treino militar, apenas queria uma formação intelectual para os seus militantes, o que levou Costa a abandonar a FRELIMO em 1963.

Nesse contexto, acabaram por surgir no seio da Frente duas novas correntes políticas. Uma delas preconizava “*a independência tradicional, nacionalista africana*” (Garcia, 2003), e era tribalista e regionalista, na qual o seu inimigo era o Branco (estabelecimento de uma classe dirigente no contexto neocolonial).

A outra corrente instaurada por figuras como Mondlane, Marcelino dos Santos²⁸ e Chissano que defendia a necessidade de emprego de uma revolução social, como meio de alcançar a independência nacional. Porém a estrutura política da FRELIMO devia estar assente num novo regime de poder populacional anticolonial, que englobasse todos os moçambicanos no geral.

Em 1966, a FRELIMO enfrenta um quadro caracterizado por uma grande rivalidade e desunião graças às ligações tribais que caracterizavam os seus membros constituintes.

A parte “pró-chinesa” da FRELIMO (chefiada por Marcelino dos Santos e Uria Simango) acusava Mondlane de escolher os seus dirigentes, tendo em conta as ligações tribais. Por outro lado, estavam os macondes de Lazaro NKavandame, que sempre defenderam um movimento separatista da FRELIMO e pretendiam uma resistência mais activa por parte da Frente. É de destacar que o problema em causa era o facto de Mondlane não ser maconde, mas oriundo dos povos do Sul, e além disso era casado com uma norte-americana branca.

²⁸ Ver Anexo R (Biografia de Marcelino dos Santos).



Com o passar do tempo as rivalidades tribais no seio da Frente foram-se acentuando e no princípio de 1968 e final de 1969, a situação causou uma crise de identidade no seio da FRELIMO.

IV.4.5. O II congresso

Do decorrer dos acontecimentos que caracterizaram as rivalidades no seio da Frente de libertação Moçambicana, surgiu a necessidade de se convocar os demais membros da FRELIMO para participarem no II Congresso.

Esse congresso, realizado em Machedje (província do Niassa) de 20 a 25 e Julho de 1968, foi convocado com vista a uma tentativa de ultrapassar a crise política que assombrava a Frente. Esse congresso foi mais democrático que o anterior, e contou com 170 delegados e observadores provenientes de todos os lugares do território moçambicano, que representavam todas as camadas do povo.

Das resoluções estabelecidas neste congresso, no que se refere à luta de libertação armada, acrescentou-se a necessidade de ajuda externa ao território e uma medida imediata contra a dificuldade da luta se estender aos distritos do Sul, o que significava que existia uma desigualdade no emprego das forças militares ao longo do território, o que favorecia as forças portuguesas.

Nesta conferência destacou-se o papel preponderante da população, perspectivando-se a necessidade da sua participação e com destaque para a participação das milícias femininas. Abordou-se também a importância dos prisioneiros de guerra, nomeadamente o seu correcto tratamento e o problema das deserções no seio do partido. Abordou-se ainda a necessidade de novas medidas de administração das “áreas libertadas”.

Noutra perspectiva, os representantes da comunidade maconde (apesar da escassez de representatividade) propuseram que se nomeasse Uria Simango como presidente do partido. Mondlane, apesar de ter sido reeleito para cargo de líder do partido, teve que ter em conta as várias condições expostas por membros dessa comunidade.

Após esse congresso “o Comité Central da FRELIMO” passou a ser organizado em vários departamentos representativos e os seus elementos passaram a ser eleitos por províncias, organizações e secretários provinciais. Surgiu como órgão de cúpula o Comité Político militar.

No final de 1968 o movimento representativo do povo - que estava a tentar estabilizar-se através da implementação de uma nova estrutura organizativa, que foi definida no II



Congresso da FRELIMO - ficou gravemente desorientado quando se deu a morte do seu líder mais representativo, Mondlane (em 3 de Fevereiro de 1969).²⁹

Em suma, a FRELIMO após o II Congresso apresentava uma nova estrutura e organização ao nível da educação, economia, saúde e desenvolvimento cultural e social.

IV.4.6. A FRELIMO após a morte de Mondlane – O triunvirato – O afastamento de Uria Simango – A ascensão de Samora Machel – A saída de Kavandame.

No decorrer desta dramática situação e de grande intensidade conflitual, que se vivia naquela época, por volta de 1968 e início de 1969, destacaram-se duas importantes crises que marcaram a Frente. A primeira delas é provocada pelo padre Mateus Gwengere (católico); a segunda é provocada por Lazaro NKavandame. Temos que considerar que o padre Mateus desestabilizava os estudantes na escola em Dar es Salam, enquanto Lazaro NKavandame pretendia a independência da província de Cabo Delgado.

O problema é que Lázaro era acusado pela FRELIMO como sucessor dos portugueses na exploração do povo, pois pretendia alcançar uma vitória rápida na guerra. Fruto dessas acções as populações retiraram-lhe o apoio, o que fez com que o seu plano fosse por água abaixo.

Por outro lado, Nkavandame perdeu todo o prestígio perante a sociedade maconde, e a 16 de Março de 1969 apresentou-se às autoridades administrativas portuguesas em Nangade. Foi com o aparecimento do triunvirato - Uria Simango, Marcelino dos Santos, e Samora Machel – que foi assegurada a presidência da FRELIMO. Estes dirigentes conseguiram ultrapassar a crise referida anteriormente. Uria Simango e NKavandame, mais tarde foram expulsos, acusados de traição.

A crise e a situação que se vivia foram ultrapassadas em Maio de 1970, com o assumir da presidência por parte de Samora Machel e com o afastamento de Uria Simango (suspensão a 8 de Novembro de 1969), segundo o Comité Executivo da FRELIMO.

Em suma, a FRELIMO encontrava-se a evoluir de uma fase nacional-democrática (iniciada em 1962), para entrar numa democracia – popular, a partir de 1969. A crise da década de sessenta, que impulsionou a projecção de Samora para a presidência, ditou o fim das duas correntes políticas anteriormente formadas, e Machel foi “*radicalizar os métodos de controlo da Frente*” (Garcia, 2003,p.141), que visava o controlo dos dissidentes da corrente revolucionária, provocando assim um confronto directo entre as duas linhas.

²⁹ Ver Apêndice C (A Morte de Eduardo Mondlane).



IV.4.7. A organização da FRELIMO e o seu armamento

A FRELIMO tinha uma estrutura e organização militar bem definidas, com bases e órgãos do departamento de defesa, e o destaque vai para a Base provincial de Moçambique, Base de Nampula e Base do Batalhão Gungunhana.³⁰ Não obstante a fraca qualidade de armamento da FRELIMO, as tropas portuguesas apresentavam um armamento e uma estrutura organizacional muito diferente da Frente.³¹

IV.4.8. As grandes operações em Cabo Delgado

Os primeiros guerrilheiros entraram em Moçambique a 15 de Agosto de 1964, provenientes da base de Mtwara, com o intuito de se introduzirem nas matas de Cabo Delgado. Nessa perspectiva temos que considerar que eles estavam organizados em três grupos, um comandado por Alberto Chipande, que se dirigiu para Macomia e para a região de Porto Amélia (Pemba); outro comandado por Raimundo, destinado à região de Mueda; e, por fim, o terceiro, sob o comando de António Saide, destinado à região algodoeira de Montepuez.

O início da luta armada foi marcado com o ataque à localidade de Chai, em Cabo Delgado, no dia 25 de Setembro de 1964, mas os três grupos da FRELIMO que haviam entrado em Moçambique em Agosto desse ano, passaram a viver uma situação difícil. Essa situação foi causada devido à morte do padre Daniel, da missão de Nangololo, que a FRELIMO atribuiu a responsabilidade aos guerrilheiros das fracções dissidentes da MANU e da UDENAMO, o que provocou a reacção das forças portuguesas. Esses grupos levaram a cabo os assaltos às cantinas dos indianos, o que provocou a denúncia destes três grupos.

Face a essa situação, apenas o grupo de Raimundo obteve sucesso na região de Mueda, cortando as estradas para impedir a passagem dos militares portugueses. Podemos observar que a FRELIMO para responder aos actos de banditismo e ganhar credibilidade na sua acção, lançou a ofensiva que marcou o início da luta armada em Moçambique, em 25 de Setembro de 1964.

³⁰ Ver Anexo L (Organização Militar e Disposição da FRELIMO).

³¹ Ver Anexo O (O Armamento Empregue pelas duas Forças em Combate).



IV.4.9. A Frente de Tete

Segundo a disposição da FRELIMO, na zona operacional de Tete a sua organização estava assente nos sectores: primeiro sector ia do Norte do rio Zambeze até a oeste do rio Capoché, que tinha dois destacamentos no Zamboé e no Zumbo; o segundo sector, que se encontrava mais a este do rio Capoché e a noroeste da estrada Tete-Zobue; o terceiro sector encontrava-se a sul do rio Zambeze; e o quarto sector era formado pelas constituições de Mutarara e Moatize.

A FRELIMO, em Setembro de 1972, havia efectuado o primeiro ataque violento ao aeródromo de Mueda e depois, em Novembro, atacou a base aérea de Tete.

É de notar que o efeito surpresa e a sua ousadia foram elementos favoráveis à presença dos guerrilheiros naquela zona, o que desencadeou uma série de acções de resposta por parte das forças portuguesas.

Uma das acções foi desencadeada a 10 de Novembro de 1972, quando um pelotão de pára-quedistas e um heli-canhão se deslocaram para a base de ataque e uma equipa de pisteiros (de Estima) iniciando a busca dos trilhos da retirada dos guerrilheiros. De imediato foi lançado um outro grupo de combate no vale do rio Cangade com o intuito de destruir acampamentos e capturar populações para poderem ser interrogadas.

Segundo o General Kaulza de Arriaga (1987) “*Em Tete, entrou em pleno o 3º esforço, (...) vindo da Tanzânia através de toda a Zâmbia (...). Foi de resto um esforço desmesurado (...). Com ele a FRELIMO tentou atacar directamente Cahora Bassa*³². Não o conseguindo, optou por infiltrações (...) a fim de (...) progredir para Sul e Sudeste”.

Em síntese, o facto das forças portuguesas habitualmente deixarem o controlo da mata aos guerrilheiros, preferindo controlar as cidades acabou por favorecer a acção da guerrilha nessa região.³³

IV.5. Outros movimentos

IV.5.1. A União Nacional Africana de Moçambique – MANU.

A MANU foi um movimento constituído com base em pequenos grupos já existentes no território moçambicano. Esta sociedade havia feito reivindicações sociais e laborais que provocaram o massacre de Mueda em 1960. Esse movimento nasceu em 1959 na Tanganica (actual Tanzânia) e tinha como objectivo reunir todos os macondes

³² Ver Anexo N (A Barragem de Cahora Bassa).

³³ Ver Anexo M (As Zonas de Infiltração e Esforço da FRELIMO).



moçambicanos residentes no país, como também todos os oriundos dos países vizinhos (nascidos e criados na Tanzânia, Zanzibar e Quênia) e tinham sempre em conta os interesses da Tanzânia, pois os líderes da MANU eram oriundos desse país. A Tanganica African Nation Union (TANU) juntamente com os seus elementos, liderada por Julius Nyerere, que sempre foi contra as “tendências radicais” da UDENAMO (ligada e financiada pelo Gana de Kwame Nkrumah) influenciaram decisivamente os macondes pertencentes ao movimento moçambicano.

Um dos factores que levou a TANU a indicar os dirigentes que iam liderar a MANU, foi a considerada falta de elites entre a etnia maconde. Neste contexto, Mateus Mmole, foi nomeado dirigente do movimento e tinha como Secretário-Geral L.M.Millingo, dirigentes que nunca foram reconhecidos pela sociedade moçambicana.

A MANU nunca passou para “(...) *além de um agrupamento de macondes, africanos primitivos e penetrados de fortes sentimentos de tribalismo, que sempre resistiram à direcção de estrangeiros escolhidos pela TANU e pela KANU (Kenya African National Union)(...)*” (Garcia, 2003,p.132). Pode-se afirmar que esse movimento tinha a sua principal actividade centrada na reunião com os trabalhadores emigrados na Tanzânia, e na angariação de fundos e emissão de cartões de membros.

IV.5.2. A União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO.

A UDENAMO foi um movimento criado em 1960 em Salisbúria (Rodésia do Sul - Zimbabwe), em que a maioria dos seus membros veio de Manica, Sofala, Gaza e Maputo. Foi um movimento criado por Adelino Gwambe, mas foi Marcelino dos Santos que representara o movimento na 1ª reunião da CONCP em Casablanca em 1961 (Afonso; Gomes, 2000,p.113). Durante essa reunião adoptou-se a resolução que condenava a opressão colonial em Moçambique, e esta opressão era manifestada “(...) *pela pratica sistemática do trabalho forçado, e pela exploração vergonhosa do trabalho dos africanos (...)*” (Garcia,2003,p.132).

Esse movimento apoiava a sociedade moçambicana na luta de libertação e denunciava os acordos económicos entre Portugal, a Rodésia do Sul e a União Sul - Africana. O conflito tribal na UDENAMO foi caracterizado pela existência de uma disputa pela chefia entre Adelino Gwambe (apenas com 4ª classe) e Uria Simango (pastor da Igreja Unificada de Cristo). De referir, que Simango acusava Gwambe de não ter habilitações literárias para ocupar o cargo e existiam no seio do movimento suspeitas de ajuda tribais,



pois Adelino Gwambe sendo contra Simango (este era shangana ndau), iria favorecer o seu grupo, enquanto Gwambe era shangana tsonga.

Foi neste ambiente que outros shanganas ndau, como Fanuel Malhuza, acabaram por convidaram Mondlane para vir a Dar es Salam como líder da fusão.

IV.5.3. A União Nacional Africana de Moçambique Independente - UNAMI

A União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) foi fundada na Niassalândia, actualmente Malawi (com base em imigrantes e mineiros do carvão de Tete, pessoas do Niassa e Zambézia, exilados no Malawi), em 1961.

Este movimento advém da Associação Nacional Africana de Moatize (criada em 1949), com “objectivos aparentemente culturais, mas na prática com uma finalidade política, visando subverter o pessoal da região” (Garcia, 2003,p132). A associação era constituída por nativos, e a defesa dos interesses dos seus membros era a prioridade deste movimento.

Em Dar es Salam as delegações chegaram e encontraram Baltazar Chagonga (Baltazar Costa) que se formara no Malawi e que seria o novo dirigente da UNAMI. Este servia os interesses da Tanzânia e pretendia diminuir a influência da UDENAMO. É de salientar que a UNAMI obteve apoio da população de Tete e foi a primeiro movimento de manifestação organizada, de carácter nacionalista.

IV.5.4. O Comité Revolucionário de Moçambique - COREMO

O Comité Revolucionário de Moçambique teve o seu princípio em 1962, quando Adelino Gwambe (que era presidente da UDENAMO) foi expulso devido ao seu comportamento inadequado no seio da FRELIMO. Após a sua expulsão da FRELIMO, Gwambe veio a criar um novo movimento, a UDENAMO-MONOMOTAPA, que pretendia unir, organizar, mobilizar e instruir, política e militarmente a sociedade africana do Monomotapa, provenientes de dentro e fora do território Moçambicano. Era um movimento representado por uma maioria de camponeses, operários, estudantes, mulheres, juventude e todo o proletariado. Mais tarde, foi criada a FUNIPANO (Frente Unida Anti-imperialista Africana de Moçambique). Contudo, o aparecimento de duas facções da UDENAMO (de um lado a de Paulo Gumane e, do outro, a de Adelino Gwambe) foi fruto das desavenças no seio da FRELIMO. O facto de a FRELIMO ter abandonado todas as negociações para reagrupar todos os movimentos fez com que as duas UDENAMOS se agrupassem e se



juntassem ao MANC- Moçambique African National Union, formando o COREMO (com sede em Lusaka).

As grandes tensões criadas no seio da COREMO levaram ao afastamento de Adelino Gwambe do movimento, em 1966. Depois Adelino Gwambe tentou de seguida formar a MOPEMO que depois se designou de PAPOMO (Partido Popular de Moçambique).

Portanto, a situação interna da COREMO agravou-se ainda mais com a nomeação de Paulo Gumane para a presidência (passou a dirigir o movimento de uma forma maoista) e Amos Sumane para Vice-presidente.

O processo deserção dos quadros da COREMO para a FRELIMO veio a fragilizar ainda mais a estrutura do movimento. Em princípio de 1968, a partir do COREMO e da FRELIMO, formou-se a UNAR (União Nacional Africana da Rumbézia), formado por Amos Sumane e outros elementos que haviam saído dos dois movimentos. Esse novo movimento pretendia obter a independência do território compreendido entre o Rovuma e o Zambeze, através da negociação com o governo português. Através de uma intensiva actividade política no interior do território Moçambicano, pretendia também enfraquecer os outros movimentos, como a FRELIMO.

O COREMO começou a desmembrar-se, militar e politicamente em 1968 com a morte de Mazungo Bob. Contudo, os confrontos entre a COREMO e a FRELIMO foram uma constante, e a FRELIMO, por intermédio de Samora Machel, chegou a prender vários quadros do COREMO em 1970. Na perspectiva desses confrontos, a FRELIMO iniciou uma emboscada que culminou com a morte de dois comandantes militares, e o seu tesoureiro em 1972.

IV.6. A unificação dos vários grupos políticos de perspectivas antagónicas

No âmbito das dissidências e do separatismo dos primeiros movimentos que surgiram em Moçambique, que se opunham à colonização portuguesa (UDENAMO, UNAMI e MANU) acabaram por ser envolvidos num processo unificador fruto dos factores étnicos e da pressão a que eram submetidos. É de destacar o papel preponderante da UDENAMO durante todo o processo de unificação.

Todavia a unificação dos movimentos moçambicanos como foi uma união imposta por Oscar Kambona (Secretário-geral da TANU) e por Kaionge (Secretário-geral da PAFMESCA), durante a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias



Portuguesas (CONCP), realizada em 1961, em Casablanca, consagrou-se a necessidade de se exercer um esforço unitário contra o mesmo inimigo, a colonização portuguesa.

Nessa conferência em que Marcelino dos Santos teve um papel de destaque, pois para além de dirigente da UDENAMO foi membro da comissão executiva durante a conferência, ele convocou os outros movimentos (MANU e a UNAMI) para uma nova reunião em Dar es Salam em Janeiro de 1962. Dessa reunião surgiria o Comité de Unificação dos Movimentos Nacionalistas de Moçambique, presidido por Uria Simango (dirigente da UDENAMO).

Nessa perspectiva a 16 de Junho, chegou a Dar es Salam, convidado pela UDENAMO, o líder da fusão, Eduardo Mondlane, nomeado presidente do Congresso e presidente da FRELIMO (em 25 de Junho de 1962), com 126 votos. A escolha de Mondlane foi um mal menor para a Tanzânia, que o aceitou por não dispor de ninguém com igual prestígio na MANU. É de salientar que a maior parte dos dirigentes entraram na FRELIMO através da UDENAMO, como foi o caso de Joaquim Chissano e de Pascoal Mocumbi, entre outros.

A permanência destes movimentos numa organização unitária foi sempre turbulenta e as duas facções da MANU, a de Lázaro Kavandame e a pró-Tanzâniana, tiveram uma relação pouco amistosa com o líder da FRELIMO. Essa relação ficou traduzida nas acções violentas do verão de 1964 (sem o consentimento dos dirigentes da FRELIMO).

IV.7. O papel das grandes potências e das organizações internacionais no apoio à FRELIMO e à luta de libertação moçambicana.

Após a II guerra mundial, com a alteração do equilíbrio de forças entre as potências, com a divisão do mundo em áreas de influência dos EUA e da URSS, as principais ameaças à manutenção da soberania de Portugal sobre as suas colónias vieram do comunismo ou do nacionalismo africano. A URSS sempre teve interesse por África para atacar indirectamente as sociedades capitalistas do ocidente e para isso auxiliou os movimentos de “libertação nacional”. Por outro lado, os EUA, que já apoiavam os movimentos independentistas (desde a Conferência de Berlim) retiraram o seu apoio a Portugal, por intermédio de Kennedy. Depois, com administração republicana de Nixon a posição portuguesa foi melhorando.

Podemos verificar que os quadros da FRELIMO chegaram a ser seleccionados para frequentar cursos de formação política na China e URSS, e depois ocupavam lugares de destaque no seio do partido, mas o apoio da China era mais direccionado à COREMO. A



China fornecia mais formação ideológica, enquanto a Rússia fornecia material. Também a ONU e a OUA tiveram um papel de destaque na luta de libertação moçambicana. Em Dezembro de 1969, forneceram ajuda financeira e material necessário ao prosseguimento da luta de libertação, prestavam orientação estratégica e ensinamentos táticos à FRELIMO e, em 1974, os apoios dessas duas organizações foram aumentando.

Tendo em conta outros países, o apoio da FRELIMO durante a luta da libertação veio da Tanzânia, Gana, Argélia, Guiné e RAU e do Iraque, Bulgária, Holanda, Checoslováquia, Roménia, Índia, Países Escandinavos e os comités não governamentais do Canadá e EUA. Os territórios usados pela FRELIMO para as penetrações das suas forças em Moçambique eram a Zâmbia e Tanzânia e o Malawi.

Contudo, desde 1962 até ao início da guerra no território moçambicano a Frente procurou fortalecer as suas ligações no Tanganica (actual Tanzânia), pois nesse país a FRELIMO instalou o seu primeiro acampamento em Bagamoyo (Afonso; Gomes, 2004).

Porém, a FRELIMO estabeleceu grandes santuários nos países vizinhos, que davam refugio aos seus combatentes quando em fuga.

Assim, em 1961, o governo da Tanganica, através da TANU já auxiliava os movimentos moçambicanos. Nas suas acções Nyerere realizou comícios incentivando a rebelião contra o governo português, e sempre quis alargar a sua influência até ao rio Lúrio, por meio dos macondes. O apoio da Tanzânia à luta libertação de Moçambique era também fruto de disputa pessoal entre Nyerere e Nkrumah do Gana pelo protagonismo na sua afirmação e na luta anticolonial (por trás desta situação encontravam-se o conflito sino-soviético. Nkrumah era pró-soviético e Nyerere pró-chinês. O apoio vital a Moçambique veio, por razões geográficas, da Tanzânia e era garantido por meio da MANU.

A Tanzânia, para além de funcionar como um campo onde era ministrada instrução por instrutores argelinos, sul-africanos e egípcios, com o armamento chinês e russo, montaram-se variadas bases militares, a ter em conta, Bagamoyo, Nachinguea, M'Bamba Bay, Mutuwara e muitos outros, possibilitando o desembarque de material.

Por outro lado, a Zâmbia prestou apoio de cariz político-militar, forneceu transporte de material e pessoal, e cedia o seu território como base.

Segundo Mondlane (1967) “(...)recebemos apoio de toda parte(...). Primeiro da África (...) que nos dá a maior parte do apoio, de ordem material e outra (...) Todas as nações que não são aliadas de Portugal nos dão armamento.”



IV.8. A FRELIMO no ano de 1974.

A tentativa do governo português de dar continuidade à política inicial do general Spínola, de imposição da sua Ideologia e teses federativas (com base na sua obra “Portugal e o futuro”), teve repercussões negativas nas colónias ultramarinas.

Nesse contexto, no que se refere à descolonização e a independência do território moçambicano, Portugal manteve o seu objectivo centrado no cessar das hostilidades da guerra colonial e a manutenção de falsas expectativas dos colonos moçambicanos. A FRELIMO recusava-se a aceitar o cessar-fogo, na expectativa de uma definição da Junta de Salvação Nacional (JSN), referente ao direito do povo moçambicano à independência territorial.

Nesse ambiente de tensão, houve uma censura ao governo português, instaurada devido à notícia da queda da ditadura, do Governo de Caetano, e que agravou ainda mais o ambiente de expectativa que se vivia em Moçambique. Nessa altura era visível que havia alguma mudança em Portugal e havia necessidade de se definir o futuro de Moçambique.

Durante o período da guerra colonial o distanciamento da população branca de Lourenço Marques e da Beira, em relação aos acontecimentos do norte de Moçambique era grande, mas com a mobilização da juventude moçambicana, a população branca passou a sofrer as consequências directas da guerra, e a partir de 1971, essa população começou a ter consciência do conflito.

Surgiram no território moçambicano crescentes dificuldades em manter em funcionamento os caminhos-de-ferro da Beira e a estrada de ligação do seu porto à Rodésia e ao Malawi, onde a FRELIMO desencadeou um ataque com Cara Alegre Tembe no comando. A FRELIMO desencadeou um outro ataque sobre o posto turístico de Gorongosa, e a população branca da Beira entrou em choque, após em Janeiro de 1974, ter sido morta em Vila Manica uma mulher de um agricultor europeu.

Os portugueses tentavam encobrir a actual situação através da difusão de informações falsas de que a guerra estava controlada e que os guerrilheiros da FRELIMO deveriam entregar-se. A 26 de Abril de 1974, difunde-se um comunicado da JSN referente ao problema colonial com vista numa nova política ultramarina *“que conduza à paz e que garanta a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental”* (Afonso; Gomes, 2000).



Em resposta ao comunicado, a FRELIMO recusa-se a aceitar essa nova política e garante uma continuidade da luta armada, pois Samora só aceitava o reconhecimento por parte de Portugal do direito de Moçambique à autodeterminação e independência.

Na perspectiva de Aniceto Afonso³⁴ (2002) “(...), as pessoas se dividiram, umas optando pelo Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) e outras optando pela declaração da Junta de Salvação Nacional (JSN)”.

De seguida, surgiram em Moçambique manifestações e comícios na qual se destacam os considerados "Democratas de Moçambique"³⁵, e organizam-se novos Movimentos e Partidos Políticos destacando-se a GUMO³⁶ ou a FICO³⁷. O Engenheiro Jorge Jardim, que por essa altura residia na Beira, tinha como “*principal missão (...), a mando de Salazar (...) criar a independência de Moçambique mas não de forma revolucionária, antes de evolução (...)*” (Afonso; Gomes, 2000).

Em contrapartida, foi-lhe apresentado pelo Presidente Kaunda, uma proposta de mediação da Zâmbia para a paz em Angola e Moçambique, o "Programa de Lusaka". De seguida, Jardim apresentou essa proposta a Marcelo Caetano, que não aceitou. Em 25 de Abril de 1974, durante a estadia de Jardim em Lisboa, o General Silvino Silvério Marques apresenta a Spínola a proposta de Lusaka, mas o General Spínola estava convencido de que o povo africano iria escolher uma união com Portugal.

De seguida, houve uma tentativa mal sucedida, de negociar um cessar-fogo com a FRELIMO, devido a indefinição de Lisboa quanto ao futuro do território moçambicano, em Junho de 1974, através de uma Delegação constituída por Mário Soares e Otelo Saraiva de Carvalho.

Só em Setembro de 1973, se começou a organizar o Movimento dos Capitães em Moçambique que opta por posições que enfrentavam a hierarquia, e que oferecia resistência a tudo o que pudesse alterar a ordem tradicional pré-estabelecida.

Todavia, em Janeiro de 1974 ocorreram uma série de manifestações e insultos por parte da população da Beira contra o Exército Português, devido à sua passividade face às acções dos guerrilheiros e o alastrar dos conflitos para a região Sul do país. Esses acontecimentos levam os Capitães a tomarem uma posição mais activa contra o governo português e alertar os camaradas que conspiravam em Lisboa.

³⁴ Oficial do Movimento dos Capitães em Moçambique.

³⁵ Gente que sempre que havia eleições, se mobilizavam pela Oposição ao regime de Salazar.

³⁶ Liderada por Joana Simião.

³⁷ Liderada por Ultras.



Segundo Aniceto Afonso (2003), *“Nós considerámos que ou Lisboa ou o Movimento dos Capitães compreendia que o problema essencial que levou à criação do Movimento era a solução da questão colonial e o fim da guerra, (...), aquilo que nós fizemos, foi o planeamento de um, (...), Golpe de Estado em Moçambique”*.

Depois ter sido consumada a demissão de Costa Gomes e de Spínola, e com a queda da ditadura, em 25 de Abril de 1974, a FRELIMO intensificou a sua acção militar, empregando os mísseis terra-ar SAM-7 em combate. Foi essa série de acontecimentos que culminou com o cessar-fogo a 7 de Setembro de 1974, nos Acordos entre a FRELIMO e o Governo Português em Lusaka, e a independência foi proclamada com Samora Machel como dirigente, em 25 de Junho de 1975.



CONCLUSÕES

Para que possamos responder à questão fundamental deste Trabalho de Investigação Aplicada: **“No que concerne à caracterização dos diversos movimentos de libertação que estiveram na génese da Frente de Libertação de Moçambique, como se estabeleceu a união entre esses movimentos e qual foi a sua contribuição para a tomada da liberdade nacional e o poder do País?”**, após análise da informação obtida, sentimos a necessidade de caracterizar os diversos acontecimentos relevantes desenvolvidos durante este trabalho.

Podemos afirmar que:

- A definição das fronteiras do actual território moçambicano se processou de acordo com o tratado entre as grandes potências europeias na Conferência de Berlim. Após a atribuição desse espaço territorial ao governo português, foi mantida uma soberania exercida de uma forma débil que não abrangeu a totalidade do território. Essa soberania a princípio, foi garantida através de acordos pacíficos com as autoridades nativas moçambicanas, tendo como alternativa a imposição de companhias suportadas através de comandos e sub-comandos de administração militar: as companhias majestáticas. É de salientar que já em plena guerra, em 1968, não se registou qualquer acto hostil contra a integridade física da população nem dos militares portugueses no distrito de Nampula quando ali se instalou o Comando-Chefe das Forças Armadas Portuguesas.

- A institucionalização do Estado Novo, segundo a Constituição de 1933, definiu os territórios ultramarinos como fazendo parte do território Português, e, em 1951, deu-se a inserção do mesmo Acto Colonial na Constituição.

- A guerra em Moçambique enquadrou-se no âmbito mais vasto do movimento descolonizador surgido no pós-II Guerra Mundial e foi condicionada pela luta Leste-Oeste: EUA-URSS, pelo domínio de zonas estratégicas a nível mundial. As guerras de libertação, como a que a FRELIMO conduziu em Moçambique, são ainda determinadas pelo Movimento dos Não Alinhados, pela importância que o Terceiro Mundo teve durante a segunda metade do século XX e ainda pelas grandes organizações mundiais e regionais como a ONU e a OUA.

- As divergências que foram surgindo entre os EUA e a URSS, com o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), conduziram o mundo a uma situação bipolar de “Guerra Fria”. Na sequência deste antagonismo, depois da Conferência de Bandung, os novos Estados



resultantes do movimento descolonizador catalisaram o fenómeno do Terceiro Mundo, do neutralismo e do não-alinhamento. Com essa situação veio a constituir-se um grupo que pressionou de forma hostil as situações coloniais.

- Para as potências que pretendiam a hegemonia mundial, a conquista de zonas de influência africanas, era um objectivo importante, sendo que Portugal era o obstáculo para a estratégia das superpotências. Facto que as levou a apoiar os movimentos independentistas, com destaque para o papel da URSS no auxílio a Moçambique.

- O governo português decidiu permanecer nos territórios africanos, desencadeando uma serie de lutas no interior dos seus territórios, e em Moçambique a luta foi contra a FRELIMO, como principal movimento de libertação.

- A política colonial portuguesa, iniciada por Salazar, foi caracterizada pela inflexibilidade e a recusa de aceitação de soluções negociadas.

- A chegada de Marcelo Caetano ao Poder desiludiu as esperanças numa maior abertura e flexibilidade do regime quanto à questão colonial e da guerra, provocando um agravamento na contestação de sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente de estudantes e jovens recém-licenciados que se recusavam a ir combater nos territórios ultramarinos.

- A condução da guerra em Moçambique, devido à fraca ocupação administrativa e militar no Norte do território moçambicano, permitiu que a FRELIMO desenvolvesse com relativa facilidade a sua actividade de guerrilha e de conquista das populações. De notar, que a fraca densidade populacional em certas áreas e a fraca presença europeia no “mato”, foram também condicionantes que afectaram decisivamente a Frente de Libertação de Moçambique. A estas condições juntou-se uma conjuntura internacional favorável e a uma resistência de povos do território moçambicano, *“catalisaram a propagação subversiva que, tal como um incêndio, progrediu por fases, com limites mal definidos; mas, note-se, com uma implantação que não chegou de maneira nenhuma a ser total”* (Garcia, 2003).

- A FRELIMO emergiu de entre os movimentos nacionalistas como aquele que conseguiu congrega o maior número de apoios, o maior número de militantes e quadros, e foi o movimento que teve uma estratégia mais consequente e que por diversas razões, conduziu organizadamente a liderança da luta pela independência.

- Em resposta as acções por parte dos guerrilheiros, as autoridades portuguesas tentaram impedir a expansão subversiva, tentando garantir a protecção dos objectivos económicos e os eixos de comunicação através do aldeamento compulsivo das populações locais e pela construção da barragem de Cahora Bassa.



- Quanto às populações de origem europeia que viviam no território moçambicano, elas assumiram maioritariamente o papel de espectadores, porque não sabiam como enfrentar o fenómeno da guerra. Assim, o alastrar da guerra para as proximidades dos centros urbanos levou a população branca a atribuir as culpas às Forças Armadas Portuguesas e a revoltar-se contra elas.

- O esforço militar português contribuiu para agravar o custo de vida da população, com destaque para a maior parte da população do Sul, que pensavam que a guerra era travada apenas entre os militares vindos da Metrópole e os negros da região Norte do território.

- A Guerra Colonial funcionou de início como um factor de reforço do regime político português, de fortalecimento da coesão das Forças Armadas e meio de aceleração do desenvolvimento económico-social do país, mas com a sua continuação transformou-se na causa directa da crise geral do Estado Novo, das Forças Armadas e de sufoco ao crescimento económico de Portugal.

- O movimento militar de 25 de Abril de 1974 completou um processo de decadência em progressão, do modelo do Estado Novo e da luta contra a resistência contra o regime português.

- O Movimento das Forças Armadas, antecipou-se ao desmoronamento do «império colonial» e da ditadura do Estado Novo, com isso assegurou a transição para a independência das colónias portuguesa e para um regime democrático em Portugal.

Para validar as hipóteses apresentadas na introdução, temos que ter em conta o seguinte:

1. Durante os anos de guerra constituíram-se no território moçambicano diversos movimentos independentistas, mas coube à FRELIMO o maior protagonismo como frente de libertação nacional, pois tinha como base a união dos três principais movimentos nacionalistas, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) e a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), que se unificaram defendendo um mesmo objectivo. Estas organizações tinham um carácter tribalista, etnicista e regionalista, e também tinham ideologias e interesses diferentes que dificultaram a unidade e foram causa de sérios conflitos internos.
2. Os países fronteiriços de Moçambique, com destaque para Zâmbia, Tanzânia e o Malawi serviram como apoios da FRELIMO e de outros movimentos moçambicanos



que resistiam à ocupação portuguesa. Esses países apoiaram as penetrações das forças da FRELIMO e permitiram que elas estabelecessem bases e “santuários” nos seus territórios que serviam de refúgio aos guerrilheiros. Estes países prestaram auxílio político-militar, material e, por vezes, financeiro, com vista ao alcance da independência territorial do país. A Tanzânia por intermédio de Nyerere apoiou a TANU, e realizou comícios, propaganda que incentivava a rebelião do povo moçambicano contra o governo português. Julius Nyerere para além de pretender alargar a sua influência, através da sociedade maconde até ao rio Lúrio, por meio da Tanzânia estabeleceu-se como um meio de difusão de propaganda Russa e Chinesa. Pode-se referir que o apoio prestado a Moçambique por parte da Tanzânia foi fruto da rixa entre Nkrumah do Gana (pro-soviético) e Nyerere (pro-chinês), apoio este que era assegurado pela MANU, enquanto a UDENAMO estava ligada e financiada pelo Nkrumah.

3. Cada um dos movimentos defendia os objectivos dos seus membros, nesta perspectiva a UDENAMO defendia os interesses do shanganas (povos de Manica, Sofala, Gaza e Maputo); a UNAMI defendia os objectivos culturais com base nos de Tete, do Niassa e Zambézia; enquanto a MANU defendia a libertação da sociedade maconde e da região norte do País. Contudo, existia um problema étnico no seio da FRELIMO, já que o povo do Norte reivindicava o facto de os povos do sul ocuparem cargos de chefia na FRELIMO, enquanto os combates eram travados pelo povo do norte, na maioria maconde e nas suas regiões.
4. Eduardo Mondlane foi o primeiro presidente e dirigente da Frente de Libertação de Moçambique, e foi o líder unificador dos vários movimentos e organizações que deram origem a Frente. Mondlane dedicará os seus esforços a manter unidas as tendências dos grupos e a promover, pela educação, a preparação de quadros para o futuro Moçambique independente com uma consciência nacional anti-racista e anti-tribal. Com a morte de Mondlane e a ascensão de Machel, que pertenceu ao primeiro grupo de nacionalistas moçambicanos que decide passar à luta armada, a Frente passou a lutar através de armas não só pela independência, mas também pelo estabelecimento de novo poder e de uma nova sociedade com ideias mais revolucionárias, como um grupo mais coeso, unificador e eficaz na sua manobra político-militar.



5. A partir de 1970, a FRELIMO orientou as suas acções para o Distrito de Tete, que passou a ser o seu principal teatro de operações e direccionou o seu esforço a região Sul do país. E após vários acontecimentos que enfraqueceram as tropas portuguesas, como o ataque a elementos e a propriedades da comunidade europeia na zona centro Moçambique (corredor da Beira) onde habitava uma sociedade branca que não era afectada pelo fenómeno da guerra; e a tentativa fracassada de negociação (Plano de Lusaka de Jorge Jardim em 1973); intensificaram as acções por parte da FRELIMO e todos esses aspectos acentuaram as contradições no interior do regime português e levaram os militares a derrubar a ditadura portuguesa a 25 de Abril de 1974. A FRELIMO não aceitou nenhuma proposta de negociação de Portugal sobre a liberdade do território, o que originou uma influência negativa no processo de cessar-fogo e de descolonização em Moçambique. Essa sequência de acontecimentos culminou com o cessar-fogo em Lusaka, a 7 de Setembro de 1974, entre o Governo Português e a FRELIMO, seguidamente a proclamação da independência, a 25 de Junho de 1975.

Em suma, apenas a hipótese número 4 não é válida, pois os problemas que assolaram a Frente sempre existiram, mesmo durante a sua génese com Mondlane no poder, como também após a tomada do poder por parte de Samora Machel.

Contudo, como resposta ao problema central deste trabalho de investigação conclui-se que a união dos diversos movimentos políticos no território moçambicano deveu-se essencialmente aos esforços da UDENAMO e de Eduardo Mondlane. Porém, foi “*com a conquista da independência nacional em 1975, Moçambique procurava uma inserção internacional para resolver seu interesse nacional, com base na luta pelo subdesenvolvimento e reconhecimento de novo Estado na arena internacional*” (Vieira, 1988).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

Monográficas

ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos - “*Guerra colonial*”. Lisboa: Editorial notícias, 2000.

ARRIAGA, Kaúlza de – “*Guerra e política – em nome da verdade – os anos decisivos*”. Amadora: Ed. Referendo, 1987.

CERVELLÓ, Josep Sánchez – “*A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*”. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

GOMES, Carlos de Matos – “*Moçambique 1970: operação «Nó Górdio»*”. Lisboa: Tribuna, 2002.

GOMES, Carlos de Matos; AFONSO, Aniceto – “*Os anos da guerra colonial, 3º volume, 1962: Optar pela guerra*”. Lisboa: QuidNovi- Edições e Conteúdos, 2009.

Idem – “*Os anos da guerra colonial, 4º volume, 1963: Guiné, uma nova frente de combate*”. Lisboa: QuidNovi - Edições e Conteúdos, 2009.

GARCIA, Francisco Proença – “*Análise Global de Uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*”. Lisboa: Prefácio Editora, 2003.

MONDLANE, Eduardo – “*Lutar por Moçambique*”. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1975.

MOREIRA, Adriano – “*Política Ultramarina*”. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais I, 1956.

PINTO, António Costa – “*O Fim do Império Português*”, Lisboa: Livros horizonte, 2001.

SPINOLA, António de – “*Portugal e o futuro: Análise da conjuntura nacional*”. Lisboa: Arcádia, 3ª edição, 1974.

TELO, António José, “*Os Açores e o Controlo do Atlântico*”. Lisboa: Edições Asa, 1993.

FRELIMO – “*História da FRELIMO*”. Edição do Departamento do Trabalho Ideológico. [s.d.].

Idem – “*História de Moçambique*”. Porto: Ed. Afrontamento, 1971.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”. Lisboa: Gradiva, 1998.

ALMEIDA, Maria Teresa – “*A Espiral Descontínua: Contributos para a caracterização de estudantes oriundos dos PALOP numa instituição total portuguesa de carácter militar*”. Lisboa: HLHT, 2007.



PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos – *“Como Escrever Uma Tese - Monografia ou Livro Científico Usando o Word”*. Lisboa: Edições Sílabo, 4ª edição, 2008.

ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de – *“Dicionário de História do Estado Novo, 1º volume”*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

VIEIRA, Sérgio - *“Vectores de política externa da FRELIMO: 1962-1975- uma contribuição para o estudo de política externa da RPM”*. In, seminar in memory of Aquino Bragança and Ruth First. Maputo: UEM/CEA, 1988.

Séries de Monográficas

COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA – *“Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º volume, Enquadramento Geral”*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988.

– *“Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 4º volume, Dispositivo das nossas forças – Moçambique”*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1990.

– *“Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)”*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1990.

MACHEL, Samora – *“O Processo da revolução democrática popular em Moçambique”*. Lourenço Marques: Ed. FRELIMO, Colecção “Estudos e Orientações”, caderno N.º 8.

Documentos electrónicos

CRUZ, João J. de Sousa (2009) – *“O Enigma de uma colónia virtual – África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique)”*. In Revista Militar. Lisboa: Fevereiro, disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=344>. (Acedido em 31 de Maio de 2010).

Endereços de Internet

[Http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique)

Fornece informações o governo de Moçambique.

www.ine.gov.mz

Possui uma serie de dados estatísticos e censos realizados em Moçambique.

www.muturzikin.com

Fornece uma serie de mapas linguísticos.



APÊNDICES



APÊNDICE A- A ACTIVIDADE ECONÓMICA E AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

A notável assimetria económica entre regiões do Sul em relação a do Norte é fruto duma ausência de integração económica e uma opressão excessiva de mão-de-obra. Para se atingir o actual nível considerável de desenvolvimento económico sustentável, o governo de Moçambique apostou numa economia socialista bem planificada, apesar dos conflitos internos, calamidades, conjunturas de carácter regional e internacionais desfavoráveis a implementação dessa estratégia.

Porem, desde o tempo colonial que o potencial económico moçambicano era garantido por uma serie de actividades de atracção de investimentos, como é o caso da agricultura, pesca, pecuária, comércio, turismo, indústria e exploração de minerais.

Ao caracterizar as vias de comunicação, inteiramente ligadas a economia do país, deparamo-nos com o sistema ferroviário, as estradas, os aeroportos e portos, construídos durante o período colonial que servem não só as necessidades do país, como também as necessidades dos países vizinhos (África do Sul e o Zimbabwe).

Nessa perspectiva devemos considerar que *“(...) a economia de Moçambique se assentava em grande parte nos serviços de transportes que faziam a ligação entre a costa e os países interiores vizinhos”*(CECA, 1989,p.35).

Assim, o sistema ferro-portuário, do ponto de vista do passado colonial do país, tinha como função servir o trânsito de mercadorias de e para as colónias Inglesas do Nissalândia, Rodesia do Norte, Rodesia do Sul, Transval.

Destacaram-se naquela altura o corredor de Nacala (localizada na zona Norte do país), que compreende o porto de Nacala e a linha férrea que se prolonga até à fronteira do Malawi, com uma extensão de 615 quilómetros. Este corredor tem contribuído para o desenvolvimento económico dos países da África Austral no geral, e de Moçambique, em particular, e atravessa a Zambézia e Nampula, as províncias mais ricas do país.

Outra linha muito importante é o corredor da Beira (localizado no centro do país), constituído por um complexo porto-ferroviário, estabelece a comunicação entre porto da Beira e a cidade de Machipanda, junto a fronteira do Zimbabwe, com 280 quilómetros de extensão. Este corredor veio a constituir uma via de acesso natural mais rápida e menos dispendiosa, para os países do Interland (Zimbabwe, Zambia e Malawi) e serve também como uma rota viável para outros países da região da SADCC (Botswana e Zaire).

O corredor do Limpopo, situado a sul do país, integra o porto de Maputo e a linha férrea, que estabelece a ligação entre à vila de Chicualacula (junto à fronteira do



Zimbabwe), tem uma extensão de cerca de 534 quilómetros e atravessa as províncias de Maputo e Gaza. Esse corredor responde às necessidades dos países do Interland.³⁸

No que diz respeito aos transportes rodoviários, Moçambique herdou do seu passado colonial vias de comunicação rodoviária bastante inadequadas à distribuição da população e às potencialidades económicas. Por outro lado, com o desenvolvimento do asfalto nas estradas, o comércio interno e o escoamento da produção agrícola tornou-se eficaz.³⁹

³⁸ Ver Anexo H (Sistema de Transportes de Moçambique).

³⁹ Ver Anexo B (Distribuição da Rede de Estradas).



APÊNDICE B-O NASCIMENTO DO SENTIMENTO NACIONALISTA

A ideia de que as províncias ultramarinas eram parte de Portugal prevaleceu durante a maior parte do regime português.

A tomada de consciência da população negra apareceu neste período inter-relacionado com o nacionalismo africano, em que o combate contra a estrutura e o regime colonial se expressava na MAC (Movimento Anticolonial).

Este movimento alcançava diversos escalões, desde associações culturais, ambiente estudantil até organizações religiosas. É com o aparecimento das pequenas elites da comunidade crioula e urbana, que começaram a intensificar-se o sentimento nacionalista iniciando uma resistência contra as potências, baseada numa mobilidade social elevada e contínua, como é o caso da África portuguesa. Esta minoria de intelectuais, educados e ocidentalizados levou a concretizar o designado nascimento do sentimento nacionalista. Em Moçambique não podemos colocar de parte o papel de destaque das missões protestantes na educação básica dos grandes líderes nacionalistas africanos.

Foi após a II Grande Guerra que surgiu a essência do nacionalismo africano, que carecia de um acompanhamento de transformação total da sociedade. As políticas sociais apenas evoluíram em relação ao período colonial, não fugindo a um processo revolucionário de ruptura com as estruturas pré-existentes, e com o papel principal reservado à luta armada.

Moçambique sofreu a influência da vizinha colónia angolana. Segundo Samora Machel (1968), as acções no Congo, a independência da Tanganica (actual Tanzânia) e o desembocar da luta em Angola foram os factores que impulsionaram os «sentimentos patrióticos» dos moçambicanos. A fortificação e o estabelecimento das condições que possibilitaram maior contacto entre as tribos das colónias africanas, e favoreceram a abertura à ideologia nacionalista, foram às más condições de vida a que os africanos eram sujeitos, e as péssimas condições de trabalho. O ambiente que se vivia nas colónias fez com que, em 1949, desse origem à criação do Núcleo dos Estudantes Africanos de Moçambique (NESAM), que ajudou na divulgação da ideia de Independência.



APÊNDICE C- A MORTE DE EDUARDO MONDLANE

Após a morte de Eduardo Mondlane, em 1969, em Dar es Salam - ao abrir uma encomenda armadilhada que continha uma tradução francesa das «Obras de George Plekhanov» - que se inicia um período de intensa crise no interior da Frente. Segundo as investigações, o explosivo foi fornecido pela casa Praff, de Lourenço Marques, e a encomenda foi preparada por Casimiro Monteiro na Beira (um agente da PIDE que assassinou Humberto Delgado). Rosa Casaco, o inspector da PIDE, que comandou o grupo que assassinou o general e a sua secretária, subscrevia que foi Casimiro Monteiro quem executou o assassinato, “a mando de António Vaz” (chefe da PIDE em Moçambique). Por outro lado, os serviços secretos italianos (SDI) atribuíram o crime a uma rede que incluía a PIDE, a Aginterpress, o engenheiro Jardim, Uria Simango, e Casimiro Monteiro como autor material.

Segundo Gomes (2004), Independentemente do autor material do assassinio de Mondlane, o resultado seria desfavorável a Portugal, pois qualquer substituto dele na chefia da FRELIMO seria mais favorável à Tanzânia e a Moscovo do que a Portugal e aos EUA. Dos possíveis sucessores, apenas Marcelino dos Santos (naquela altura radical marxista) estudara em Portugal, Machel e Uria Simango nunca foram a Portugal. Com a provável troca de dirigente, a situação portuguesa tendia a piorar.



ANEXOS

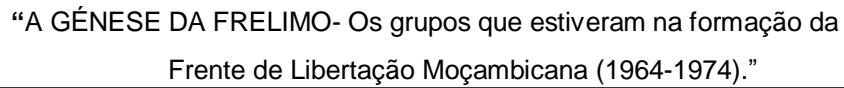


ANEXO A - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E FÍSICA DE MOÇAMBIQUE



Fonte: guerra colonial/DN

Fig.1- Mapa de Moçambique

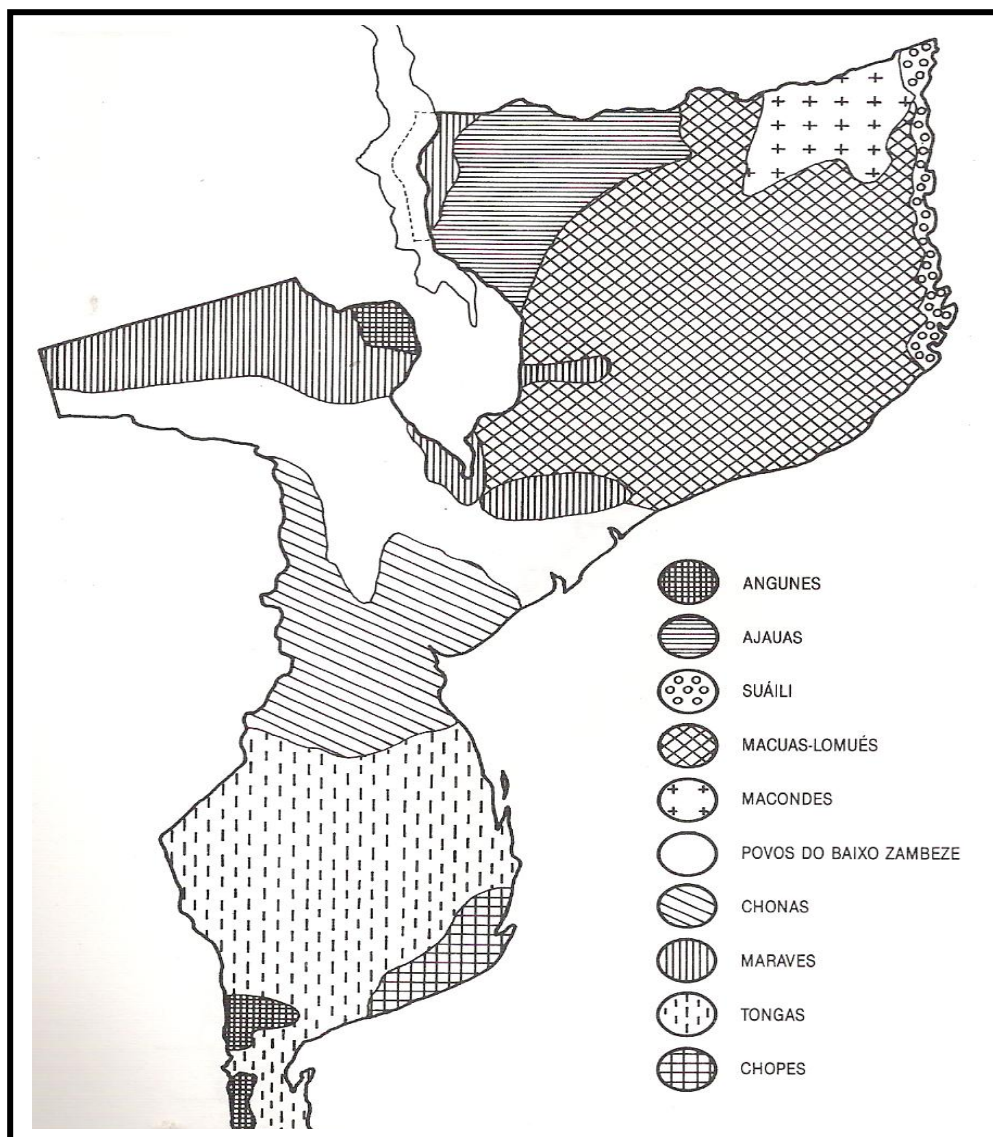


This is a detailed map of Mozambique, showing its administrative districts and major cities. The map includes labels for numerous locations such as Zumbo, Vite, Beira, Inhambane, Lourenço Marques, and Porto Amélia. It also depicts the coastline, major rivers, and a network of roads and railways.

Fig.2- Rede de Estradas de Moçambique



ANEXO C-DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS GRUPOS ÉTNICOS

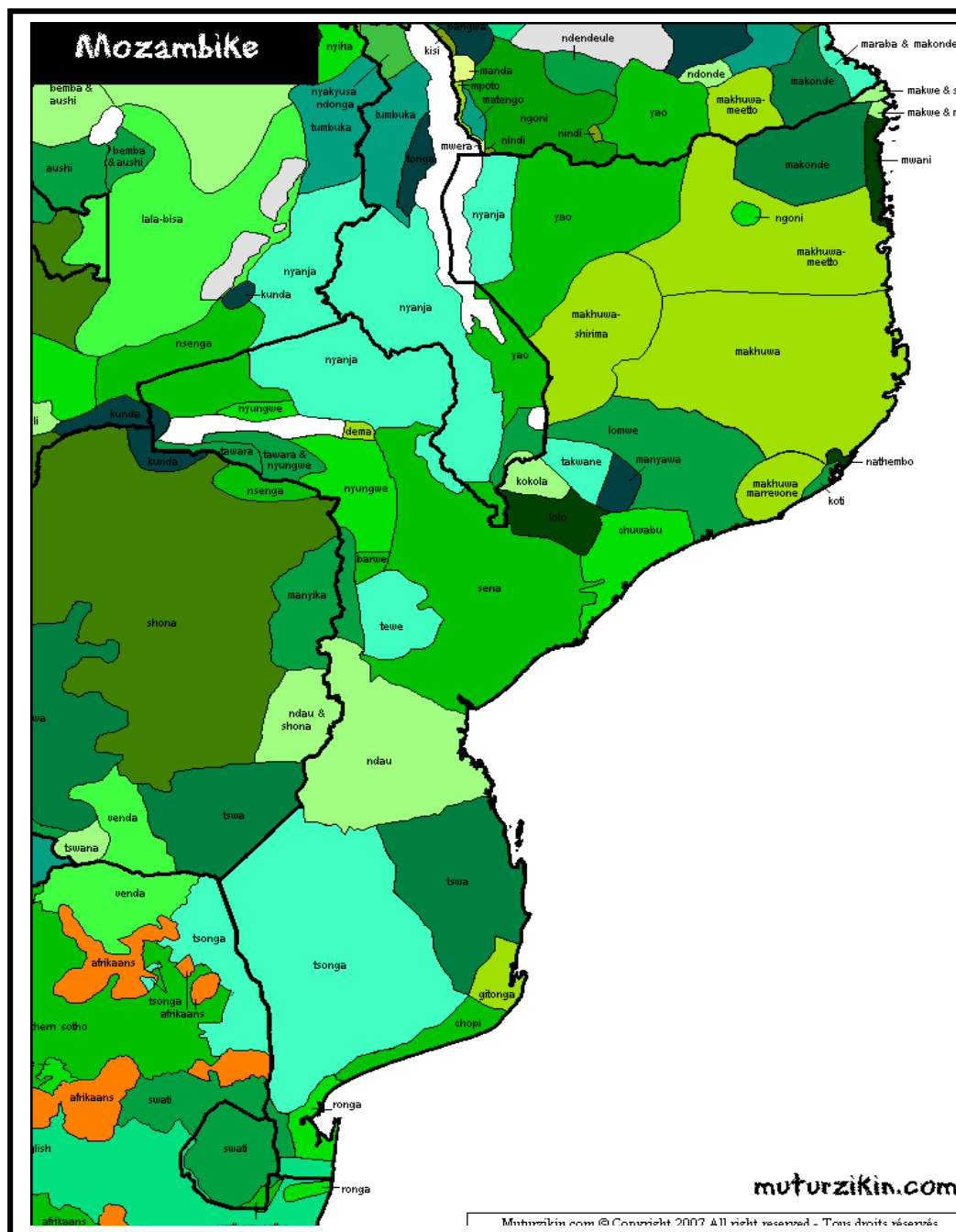


Fonte: Resenha Histórico-Militar, CECA, 4º vol, Moçambique “Dispositivo das Nossas Forças”

Fig.3- Distribuição Étnica da População de Moçambique



ANEXO D- DISTRIBUIÇÃO LINGUÍSTICA



Fonte: muturzikin.com

Fig.4- Distribuição das línguas e dialectos em Moçambique



ANEXO E- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR DISTRITOS E CAPITALIS

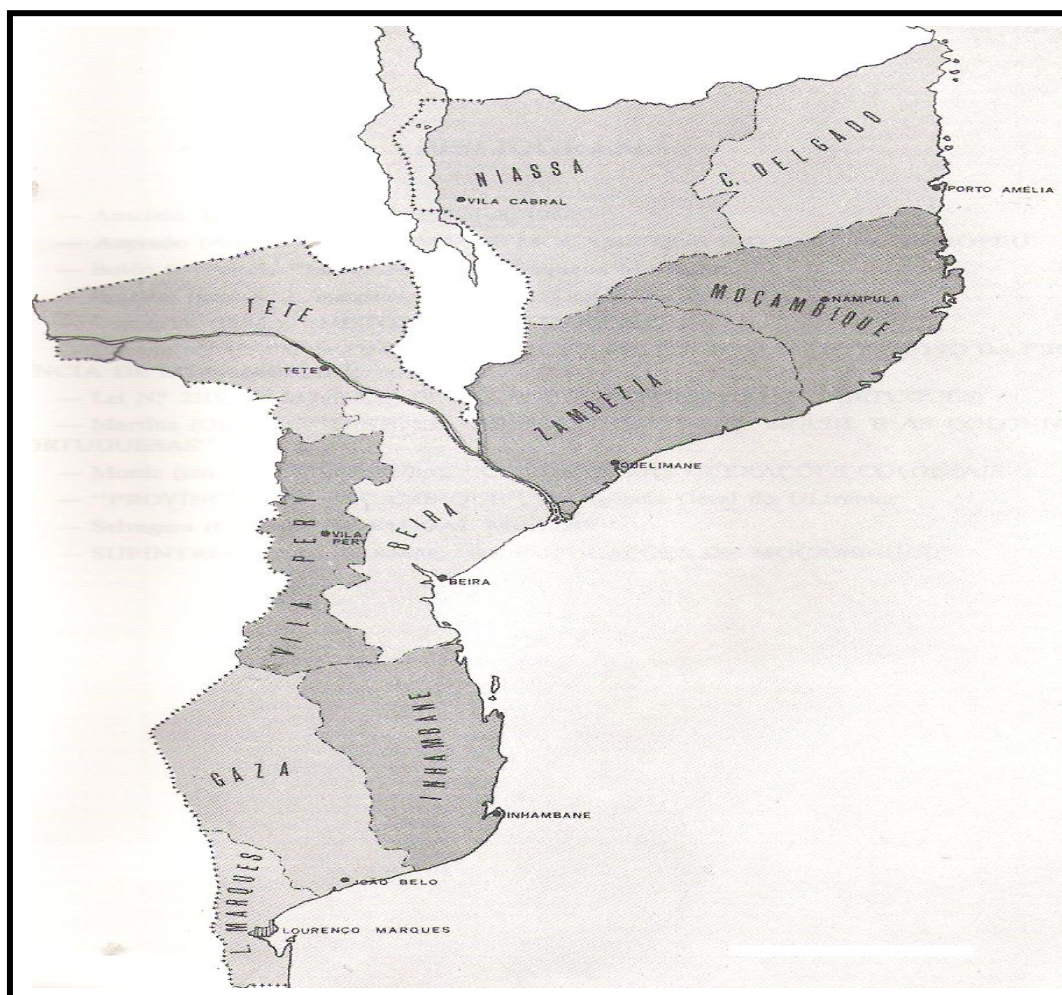
DISTRITOS	CAPITAIS	POPULAÇÃO	
		Sede -Cidade	Concelho
L.MARQUES	Lourenço Marques	101.754	378.348
GAZA	João Belo	5.234	756.654
INHAMBANE	Inhambane	4.975	748.575
BEIRA	Beira	46.293	130.398
VILA PERY	Vila Pery	4.507	113.510
TETE	Tete	4.549	488.668
ZAMBÉZIA	Quelimane	10.522	183.609
MOÇAMBIQUE	Nampula	23.072	124.156
C.DELGADO	Porto Amélia	3.639	76.947
NIASSA	Vila Cabral	3.011	57.746

Fonte: Resenha Histórico-Militar, CECA, 4º vol, Moçambique “Dispositivo das Nossas Forças”

Quadro. 1- Distribuição da População em Moçambique



ANEXO F- DIVISÃO ADMINISTRATIVA POR PROVÍNCIAS E DISTRITOS

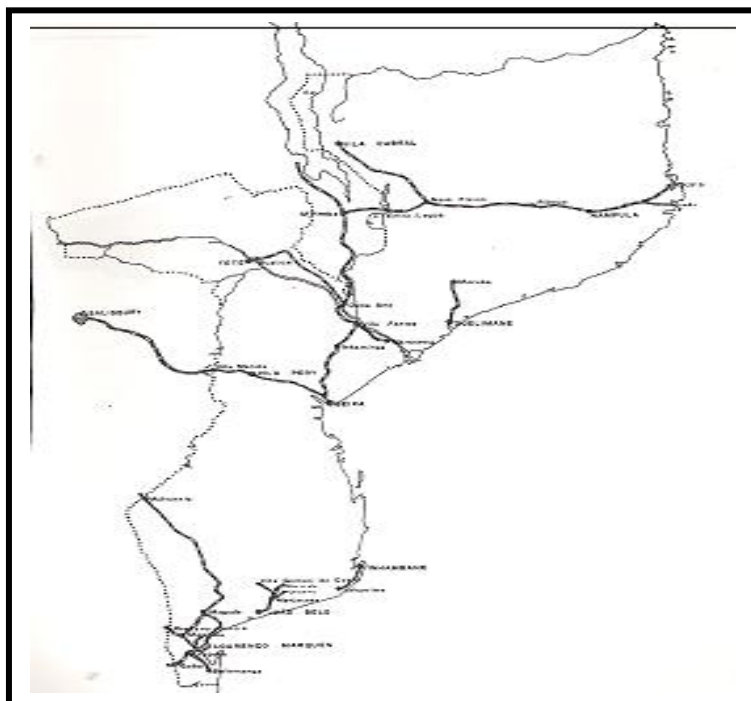


Fonte: *Resenha Histórico-Militar, CECA, 4º vol, Moçambique “Dispositivo das Nossas Forças”*

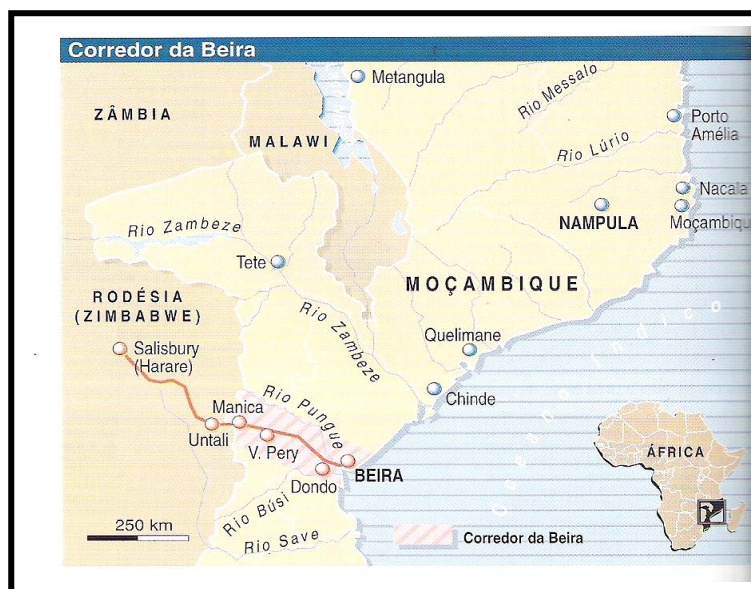
Fig.5 – Divisão do Território por Províncias e Distritos



ANEXO G- DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE CAMINHOS- DE- FERRO



Fonte: *Resenha Histórico-Militar, CECA, 4º vol, Moçambique “Dispositivo das Nossas Forças”*

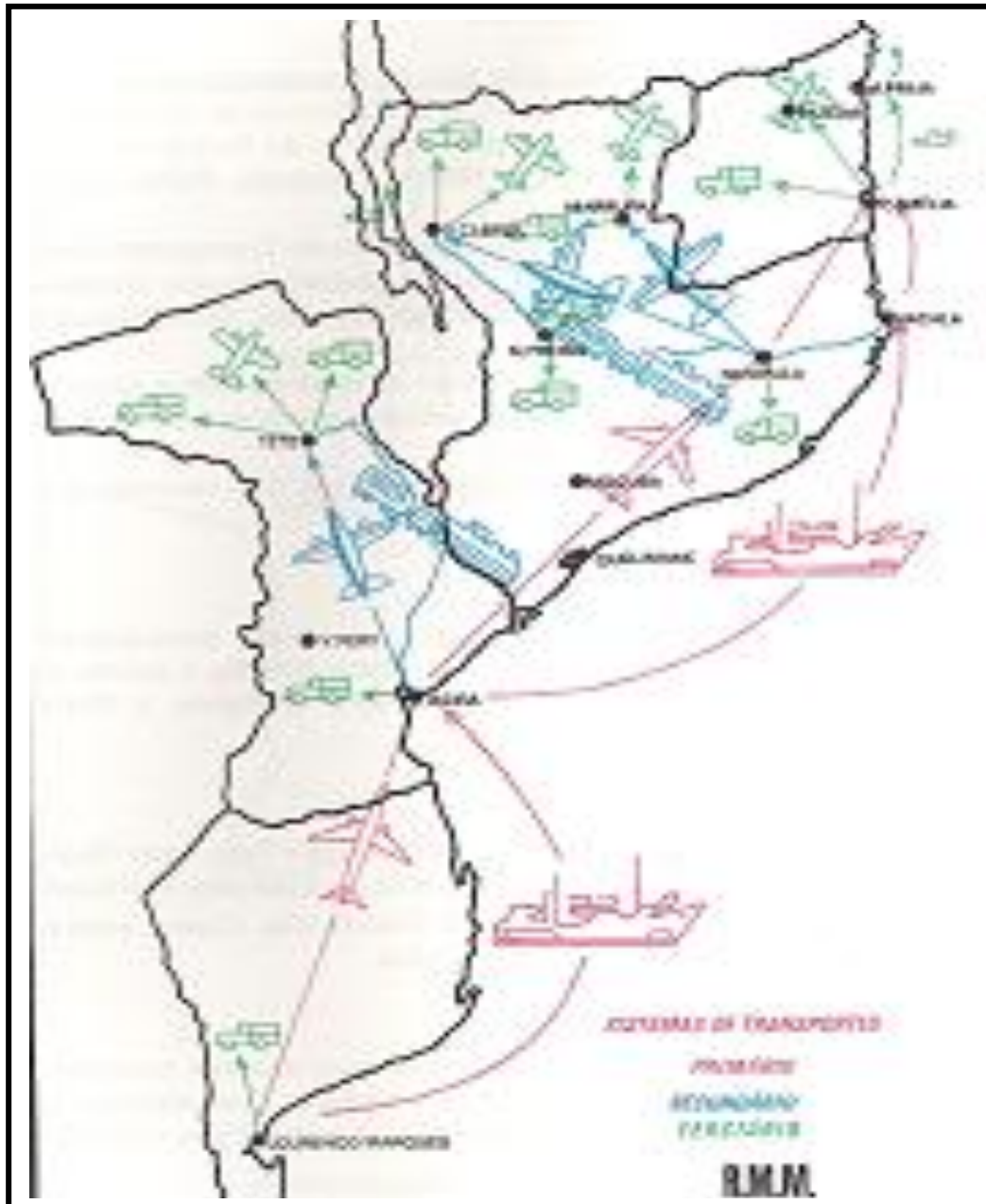


Fonte: *guerra colonial/DN*

Fig.6- Corredores e Redes de Caminhos-de-Ferro



ANEXO H- SISTEMA DE TRANSPORTES DE MOÇAMBIQUE

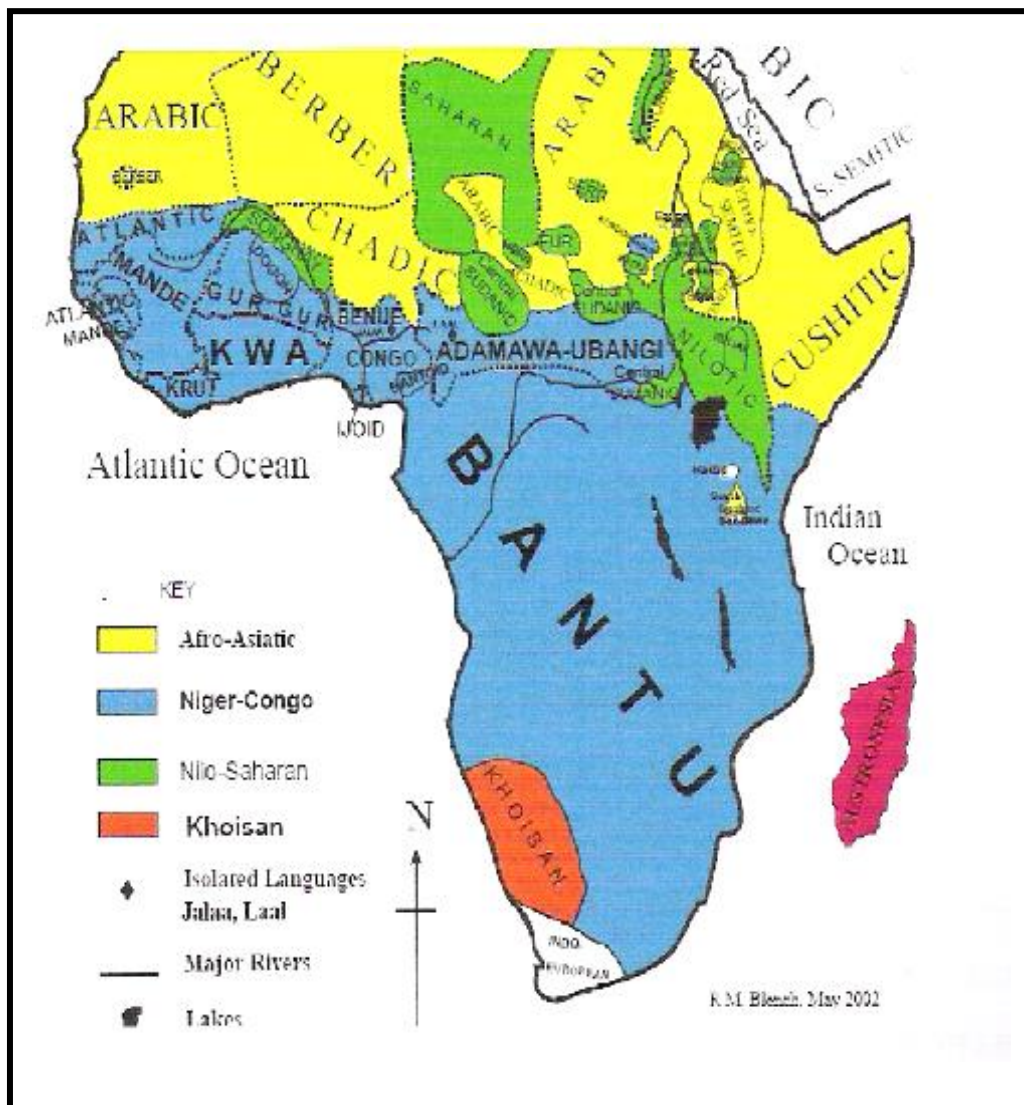


Fonte: Resenha Histórico-Militar, CECA, 4º vol, Moçambique “Dispositivo das Nossas Forças”

Fig.7- Transportes e Vias de Comunicação de Moçambique



ANEXO I-DISTRIBUIÇÃO GEOGRAFICA DOS POVOS BANTU



Fonte: ALMEIDA, Teresa, ULHT, “A Espiral Descontinua”.

Fig.8- Distribuição dos Povos Bantu ao Longo do Território Moçambicano



ANEXO J- DIVISÃO DE MOÇAMBIQUE POR COMPANHIAS MAJESTÁTICAS



Fonte: www.revistamilitar.pt

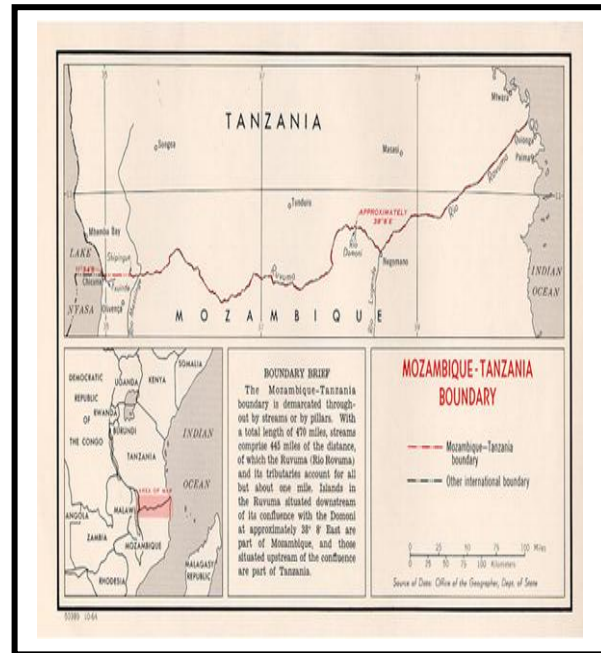
Fig.9- Regiões das Companhias Majestáticas



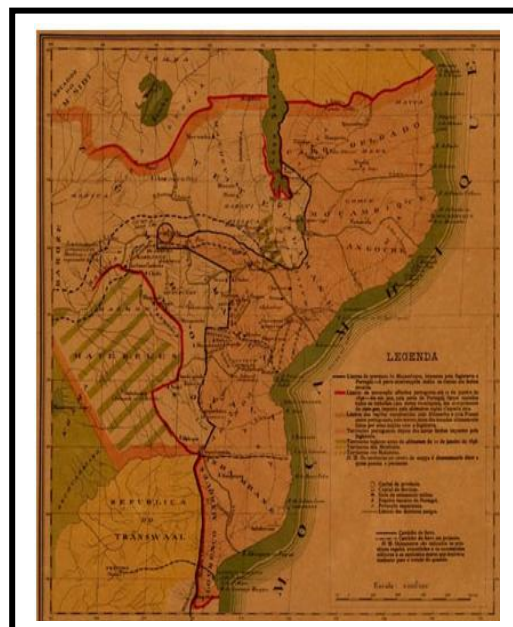
ANEXO K- DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS DE MOÇAMBIQUE



Fonte: www.revistamilitar.pt



Fonte: www.revistamilitar.pt

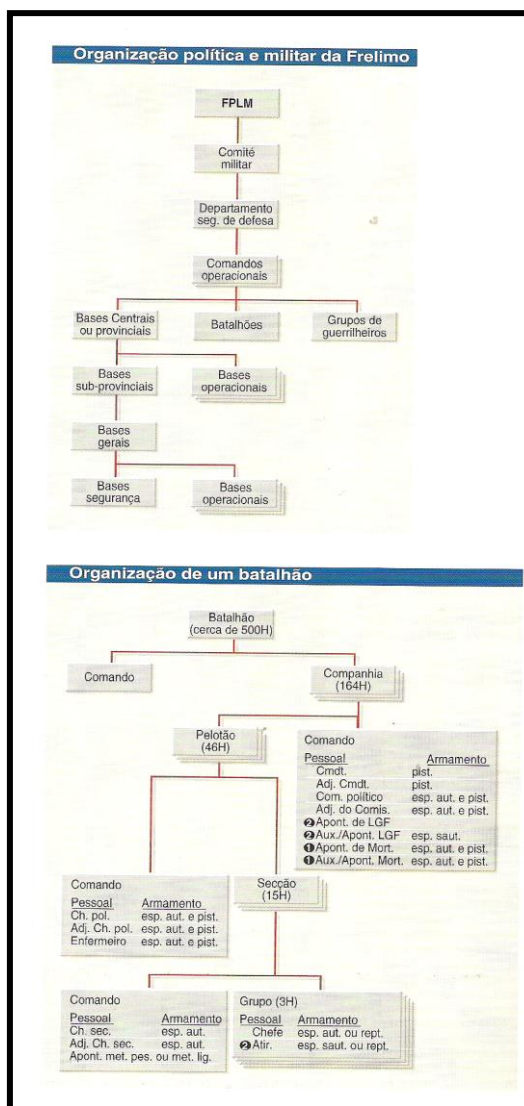


Fonte: www.revistamilitar.pt

Fig.10- As Fronteiras Territoriais de Moçambique



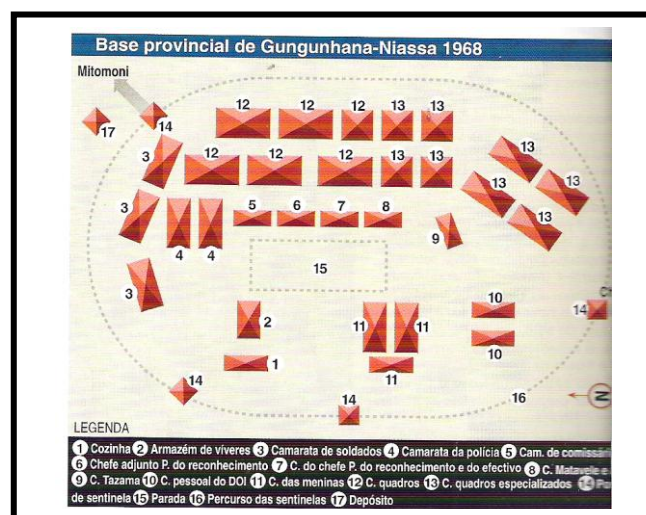
ANEXO L-ORGANIZAÇÃO MILITAR E DESPOSIÇÃO DA FRELIMO



Fonte: guerra colonial/DN



Fonte: guerra colonial/DN



Fonte: guerra colonial/DN

Fig. 11- Estrutura Organizacional e Disposição no Terreno da FRELIMO



ANEXO M- AS ZONAS DE INFILTRAÇÃO E ESFORÇO DA FRELIMO



Fonte: guerra colonial/DN

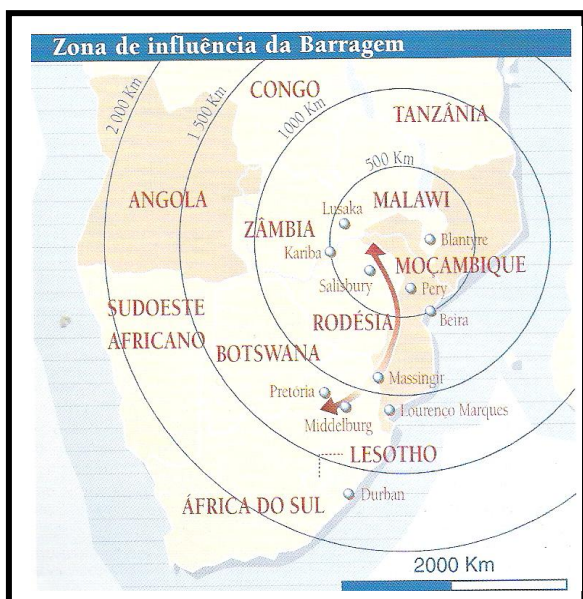


Fonte: guerra colonial/DN

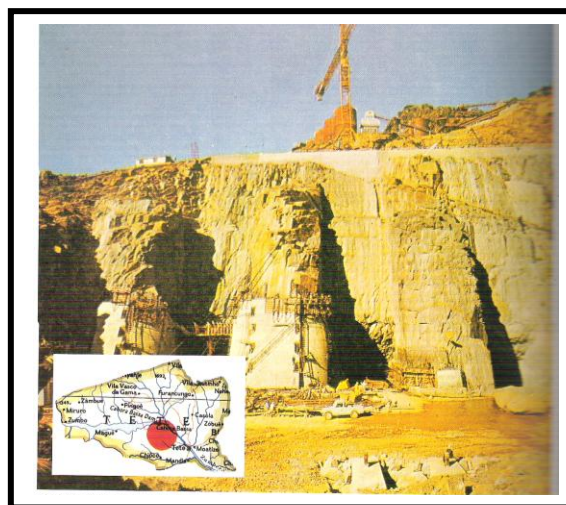
Fig.12- As Três Regiões de Empenho da FRELIMO



ANEXO N- A BARRAGEM DE CAHORA BASSA



Fonte: guerra colonial/DN



Fonte: guerra colonial/DN



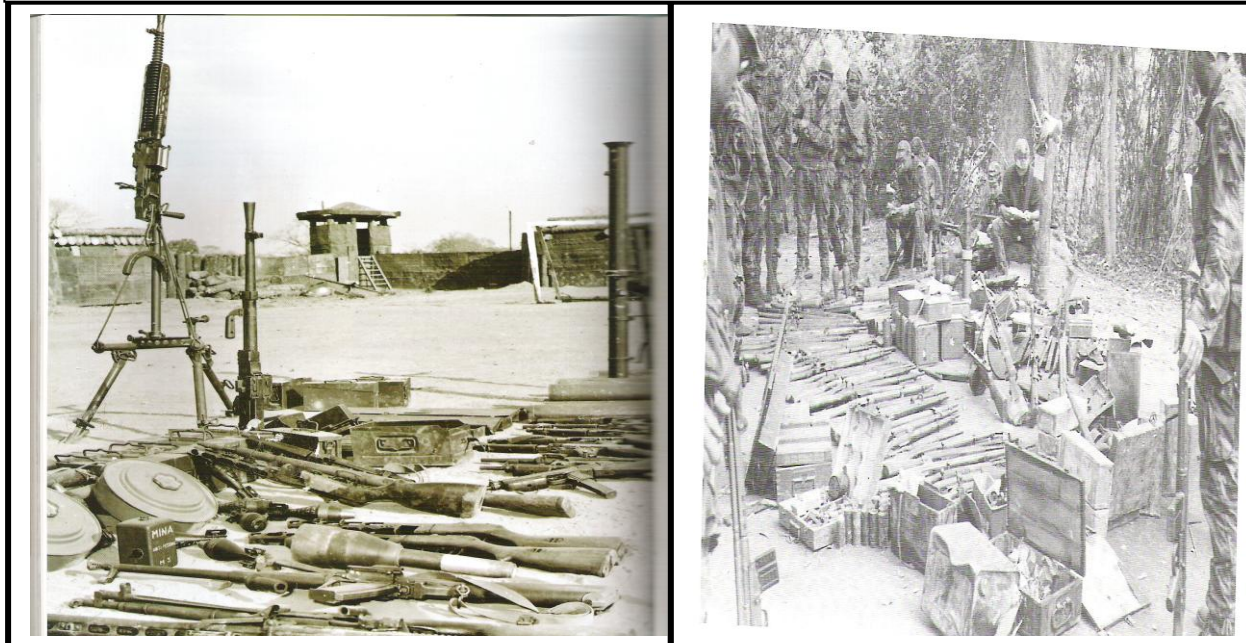
Fonte: www.epoch-suite.com

Fig.13- A Zona de Influência da Barragem de Cahora Bassa



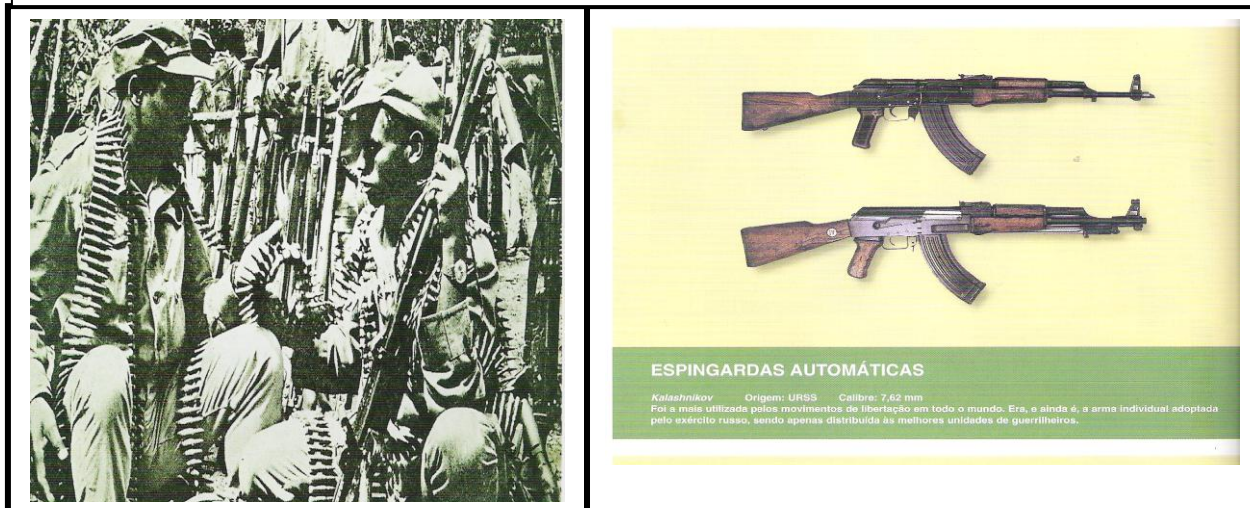
ANEXO O- O ARMAMENTO EMPREGUE PELAS DUAS FORÇAS EM COMBATE

Armamento das forças portuguesas



Fonte: guerra colonial/DN

Armamento dos guerreiros da FRELIMO



Fonte: guerra colonial/DN

Fig. 14 - A Diferença de Armamento Entre as Forças em Confronto



ANEXO P- BIOGRAFIA DE EDUARDO MONDLANE

Fig.15 – Imagem de Mondlane



Fonte: www2.oberlin.edu

MONDLANE (1920-1969)

Segundo Fernando Rosas, na sua obra “Dicionário de História do Estado Novo” (1996) disse que Eduardo C. Mondlane “*nasceu em Khambani, uma aldeia da província de Gaza (no Sul de Moçambique). O pai, chefe regente da aldeia, morreu quando ele tinha dois anos. Frequentou a instrução primária numa missão protestante. Depois da morte da mãe, foi para Lourenço Marques, onde prosseguiu os estudos, trabalhando ao mesmo tempo. Foi*

membro do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique e do Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Entretanto, partiu para a África do Sul. Aí completou o ensino secundário, tirou um curso prático agrícola e frequentou o curso de Sociologia e Antropologia da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo (1949-1950), até ser expulso na sequência da chegada ao poder do Partido Nacionalista.

Em Outubro de 1950, veio estudar para a Faculdade de Letras de Lisboa com uma bolsa do Phelps Stokes Found de Nova Iorque. Na capital, conheceu, através da Casa dos Estudantes do Império, jovens africanos que, como ele, vieram a fundar e a dirigir movimentos de libertação das colónias portuguesas: Amílcar Cabral e Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto. Ficou pouco tempo em Lisboa.

Conseguiu uma nova bolsa de estudos, agora para os EUA. Nesse país, frequentou o Oberlin College (Ohio) e a Northwestern University (Evanston, Illinois), onde obteve a licenciatura e o doutoramento em Sociologia e Antropologia. Em Maio de 1957, começou a trabalhar como investigador no Departamento de Protectorados da ONU, vinculado ao Tanganhica, Camarões Inglês e Sudoeste Africano.

Em 1961, leccionou na Syracuse University de Nova Iorque.

Após uma visita de férias a Moçambique (Fevereiro de 1961), decidiu regressar a África. Em Dar-es-Salam, na Tanzânia, participou no processo de unificação das várias organizações políticas independentistas moçambicanas, que conduziu à formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a 25 de Junho de 1962.



O I Congresso (23-28.9.1962) elegeu-o presidente, cargo que manteve até à morte.

Na obra “Struggle for Mozambique” (1ª. ed., Londres. Penguin Books, 1969) e nas comunicações ao I e II Congresso da FRELIMO, expôs as suas principais ideias políticas: independência do movimento em relação aos outros países; distinção social e não racial dos inimigos do povo moçambicano; inevitabilidade da luta armada para vencer o colonialismo e orientação popular e revolucionária dessa luta; fazer a guerra para acabar com a dominação portuguesa, mas principalmente para mudar as estruturas políticas, sociais e económicas do país; lutar pela melhoria do nível de vida da população; privilegiar as questões da educação.”

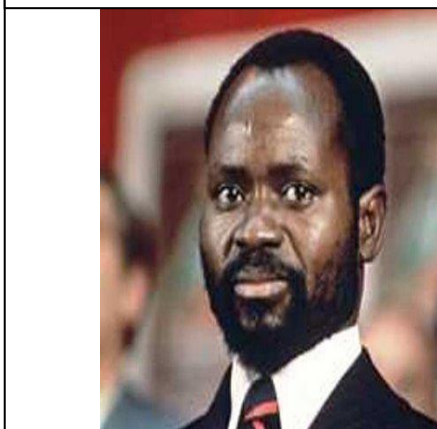
Segundo Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, na obra “A Guerra Colonial” (2000), salientou que Mondlane foi um “dirigente nacionalista moçambicano, foi o primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e, antes de mais, o líder unificador dos vários movimentos e organizações que deram origem àquela frente. Homem do Sul, culto, professor universitário nos EUA, casado com uma cidadã americana e funcionário das Nações Unidas, Mondlane dedicará o melhor dos seus esforços a manter unidas as tendências dos grupos e a promover, pela educação, a preparação de quadros para o futuro Moçambique independente, dentro de uma linha anglo-saxónica de acesso à independência das colónias, que passava pela formação de uma esclarecida consciência nacional anti-racista e anti-tribal.

Foi morto pelo rebentamento de um livro armadilhado, em 3 de Fevereiro de 1969, em Dar-es-Salam, numa acção a que têm sido associados a PIDE/DGS e o antigo dirigente maconde Lázaro Kavandame, que se entregara às autoridades portuguesas.”



ANEXO Q- BIOGRAFIA DE SAMORA MACHEL

Fig. 16- Imagem de Machel



Fonte: www.charliegillett.com

SAMORA MACHEL (1933-1986)

Segundo Fernando Rosas, na sua obra “Dicionário de História do Estado Novo” (1996) descreveu que Samora Moisés Machel *“nasceu em Xilembene, no Sul de Moçambique. A memória de seu avô Maghivelani, guerreiro famoso e parente do imperador do reino de Gaza, é uma referência marcante na vida de Samora em cujo imaginário desde cedo se enraíza a tradição de resistência contra o colonialismo português.*

De origem camponesa, a sua infância é partilhada entre o trabalho agrícola, no meio familiar, e os estudos primários iniciados nas escolas missionárias católicas. Após várias interrupções obtém o diploma de instrução primária em 1950, já perto dos 17 anos, grau que os missionários fazem depender do seu baptismo na Igreja Católica. No quadro do sistema colonial restam-lhe poucas alternativas de progresso escolar, optando pelos estudos de enfermagem no Hospital Miguel Bombarda, em Lourenço Marques.

Terminado o período de formação, inicia a actividade profissional no mesmo hospital frequentando simultaneamente, como aluno nocturno, a escola secundária. É neste momento que o regime colonial lhe concede o estatuto de «assimilado».

Ao longo dos anos 50 a vivência de Samora Machel na capital da colónia, num momento em que a vaga de independências atravessa o continente africano, será decisiva na definição do seu trajecto político, aproximando-o do grupo de nacionalistas do Sul e do ideário da libertação nacional.

A visita de Mondlane a Moçambique, em 1961, e a notícia da formação da Frente de Libertação de Moçambique, em 1962, levam-no a abandonar o Sul do país e a integrar a luta anticolonial. Deixa Moçambique através da Suazilândia, África do Sul e Malawi chegando a Dar-es-Salam, na Tanzânia, em 1963.

No seio do movimento integra o segundo grupo de militantes a obter formação político-militar na Argélia. Ao regressar à Tanzânia é-lhe confiada a direcção do campo de Kongwa onde se prepara o início da luta armada, que viria a eclodir a 25 de Setembro de 1964.



Dirige em seguida o campo de treino de Nachingwea, e comanda a abertura de mais uma frente de luta, na região oriental da província do Niassa.

Em 1966, e após a morte de Filipe Magaia, secretário do Departamento de Defesa da FRELIMO, Samora é chamado a assumir a direcção militar e a integrar o comité central do movimento. Ao desencadear a ofensiva militar no interior do país inspira-se nas teorias de luta popular, nomeadamente nos textos clássicos de Mao Tsé Tung. A estratégia de criação das «zonas libertadas» surge como objectivo central da sua acção visando, simultaneamente, a derrota do colonialismo português e a construção da nova sociedade.

Entre 1967-1969 o despoletar de graves divergências no seio da FRELIMO vem perturbar o combate anticolonial sob a liderança militar de Samora. A crise viria a culminar com a morte de Mondlane em Fevereiro de 1969, acontecimento que representa uma ruptura incontornável na história do movimento.

No contexto do vazio político gerado pelo desaparecimento do fundador da FRELIMO, os analistas actuais evidenciam a supremacia, no seio do movimento, dos «sulistas», sob a presidência de Samora Machel e a vice-presidência de Marcelino dos Santos, consubstanciada na hegemonia de uma aliança político-militar e na adopção da linha marxista.

No período 1970-1974, fase de radicalização profunda da FRELIMO e de aproximação ao ideário socialista, fortalecem-se com a liderança de Samora Machel as zonas libertadas no Norte do país e opõe-se uma forte resistência às ofensivas das tropas colonialistas chefiadas pelo general Kaúlza de Arriaga.

Derrotando os Portugueses na «Operação Nó-Górdio», em 1970, a luta armada atravessa o rio Zambeze.

Em 1972, a guerra alastra ao centro do território atingindo a região de Manica e Sofala. Com a queda do regime colonial português, a 25 de Abril de 1974, Samora é líder incontestado em Moçambique assumindo a presidência do Estado independente a partir de 25 de Junho de 1975.

Por escrever resta a história efémera da República Popular de Moçambique, inextricavelmente ligada à personalidade forte e controversa de Samora Moisés Machel, desaparecido num acidente de aviação a 19 de Setembro de 1986. As circunstâncias da queda do Tupolev 134, em território sul-africano, bem perto da fronteira sul de Moçambique, permanecem por esclarecer.”



Porém, segundo Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, na obra “A Guerra Colonial” (2000), salientou que *“Samora Machel era uma força da natureza que libertava energia e tinha um carisma que contagiava e fazia agir.*

Antigo enfermeiro, nascido no Sul de Moçambique, pertence ao primeiro grupo de nacionalistas moçambicanos que rompe com o marasmo da discussão política e decide passar à luta armada. Estará sempre ligado às tarefas da organização militar, porque entende que é através de acções bélicas que tudo o resto virá. E o tudo era não só a independência política formal de Moçambique, mas o estabelecimento de novo poder e de nova sociedade.

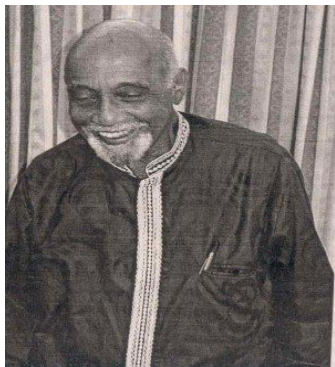
Samora foi, no campo da ideologia, o líder de concepções mais revolucionárias, as quais motivaram cisões e conflitos internos com várias personalidades e grupos com diferentes visões dos caminhos para alcançar a independência, das quais resultaram, entre outros, o afastamento de Uria Simango e de Lázaro Kavandame, que se entregou às autoridades portuguesas.

Samora soube reunir à sua volta um grupo coeso, unificador e eficaz para conduzir a manobra político-militar. Ao decidir transferir o esforço da Frelímo do Norte de Moçambique para Tete, centrando a guerra à volta do empreendimento de Cahora Bassa, mesmo à custa de maiores riscos, provocados pela proximidade da África do Sul e da Rodésia e de menores apoios, pela distância às suas bases na Tanzânia, revela uma leitura da situação que os dirigentes políticos portugueses não tiveram ao decidir a construção da barragem. Samora Machel soube aproveitar da melhor forma a oportunidade, que lhe foi oferecida de bandeja, de escolher o lugar e o momento da batalha decisiva e por isso ganhou a guerra.”



ANEXO R- BIOGRAFIA DE MARCELINO DOS SANTOS

Fig.17- Imagem de Marcelino



Fonte: <http://macua.blogs.com>

MARCELINO DOS SANTOS n. 1918

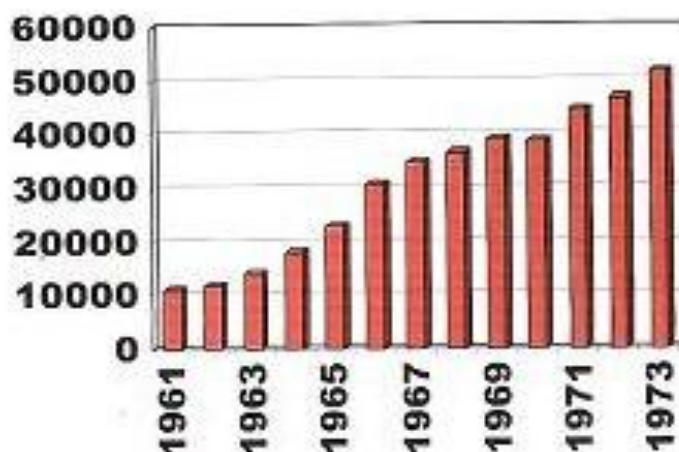
Segundo Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, na obra “A Guerra Colonial” (2000), diz que Marcelino foi um *“político moçambicano que, tal como vários jovens da sua geração, veio frequentar um curso universitário em Lisboa nos anos 50. Aqui travou conhecimento com futuros dirigentes nacionalistas africanos das colónias portuguesas, como o angolano Agostinho Neto e o guineense de origem cabo-verdiana Amílcar Cabral.*

Depois de sair de Lisboa, frequentou cursos de Ciência Política na Sorbonne, em Paris. Juntou-se à Frelimo em 1962 e, dadas as suas qualidades intelectuais e a elevada preparação académica, foi porta-voz desta frente em muitas conferências internacionais, na qualidade de secretário dos Negócios Estrangeiros.

Em 1969, depois do assassinio de Eduardo Mondlane, integrou, com Samora Machel e Uria Simango, o triunvirato que passou a dirigir o movimento nacionalista moçambicano. Com o abandono de Uria Simango assumiu a vice-presidência da Frelimo e fez parte, com Amílcar Cabral e Agostinho Neto, da delegação dos movimentos de libertação das colónias portuguesas recebida pelo Papa da Igreja Católica Paulo VI, em Roma, num acto que causou sérias perturbações ao regime português e à sua política colonial.”



ANEXO S-DADOS ESTATISTICOS SOBRE A GUERRA EM MOÇAMBIQUE



Quadro.2 - Effectivos do exército de 1961 a 1973, em Moçambique

	Angola	Guiné	Moçambique	Total
<i>Homens (a)</i>	70 000	42 000	57 000	169 000
<i>Aviões</i>	94	39	99	232
<i>Helis</i>	45	18	36	91
<i>Navios</i>	8	8	4	20
<i>Lanchas</i>	16	13	8	109
<i>Guerrilheiros (b)</i>	11 000	7 000	6 500	24 500

(a) Effectivos máximos aproximados do Exército, Marinha, Força Aérea e tropas locais.
(b) Estimativas dos serviços de informação militar portugueses.

Quadro. 3- Recursos empenhados no Final da Guerra

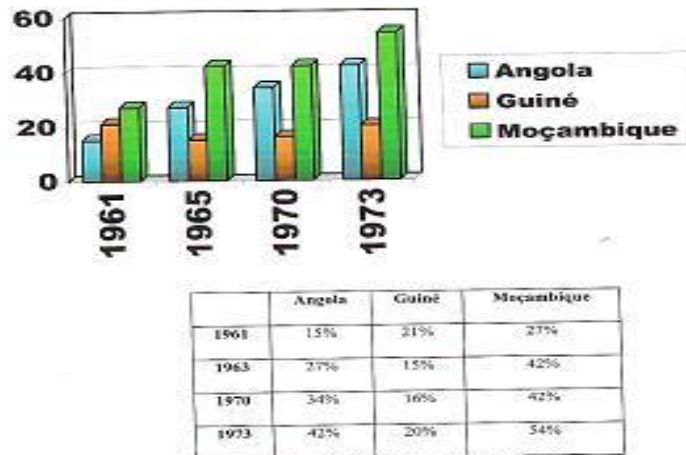
Fonte: guerra colonial/DN



**“A GÉNESE DA FRELIMO- Os grupos que estiveram na formação da
Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974).”**

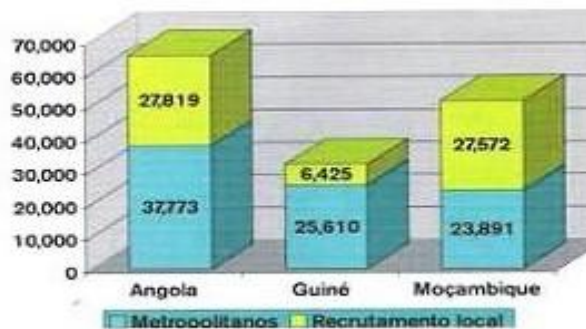


Quadro.4- Unidades tipo Companhias de Caçadores por zona



Quadro.5- A africanização da Guerra

Fonte: guerra colonial/DN



Quadro.6- Organização das Tropas do Exército, em 1973

Fonte: guerra colonial/DN



ANEXO T- CRONOLOGIA DE ACONTECIMENTOS RELATIVOS AO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE

▪ 1964

- Agosto, 1 - Entrada dos primeiros guerrilheiros da FRELIMO em Moçambique, vindos da base de Mtwara, na Tanzânia.
- Agosto, 21 - Primeira acção violenta na região de Cabo Delgado, Moçambique, na rampa de Esposende (Sagal) e na primeira ponte no sentido Mueda-Mocimboa da Praia, tendo sido atacada uma viatura civil.
- Agosto, 24 – Guerrilheiros da MANU mataram o padre holandês Daniel Boormans da missão de Nangololo, no Norte de Moçambique.
- Setembro 25 - Início da luta armada em Moçambique, conduzida pela FRELIMO, com um ataque a Chai (Cabo Delgado).

▪ 1965

- Julho, 2 – Início da operação “Águia”, primeira grande operação realizada pelas forças portuguesas em Moçambique, na zona de Mueda.
- Agosto – Nomeação do Brigadeiro Francisco Costa Gomes para o cargo de 2º Comandante da Região Militar de Moçambique.

▪ 1966

- Março, 1 – Efectivação do bloqueio naval pela Inglaterra ao porto da Beira.
- Outubro, 20 – Constituição da Zona de Intervenção Norte (ZIN), que veio a englobar os sectores A (Niassa), B (Cabo Delgado), C (Moçambique), D (Zambézia) e E (Niassa – Marrupa).

▪ 1967

- Agosto - Noticiada em Lisboa a Construção da barragem de Cahora Bassa em Moçambique.

▪ 1968

- Junho, 14 – Nomeação de Baltasar Rebelo de Sousa para o cargo de Governador-Geral de Moçambique, em substituição de Costa Almeida.



- Junho, 20-25 – II Congresso da FRELIMO no interior do território (Niassa).
 - Junho, 10 – Adjudicação provisória pelo Governo português da barragem de Cahora Bassa, em Moçambique, ao consórcio ZAMCO, liderada pela África do Sul.
 - Dezembro – Criação em Moçambique do sector F, com sede em Tete, onde existiam já seis Batalhões, compreendendo quatro subsectores de Batalhão: Tete, Fingoé, Bene e Furancungo.
- **1969**
- Fevereiro, 03 – Assassinato de Eduardo Mondlane, em Dar es Salam.
 - Junho, 21 – Kaulza de Arriaga nomeado Comandante da Região Militar de Moçambique.
 - Julho, 07 - Centralização em cada Comando-Chefe das operações militares de cada Teatro de Guerra.
 - Setembro, 19 – Assinatura do controlo de construção da barragem de Cahora Bassa com o consórcio Zamco, formado por empresas portuguesas, sul-africanas, alemãs, francesas e italianas.
 - Outubro, 01- Criação do Batalhão de Comandos de Moçambique.
 - Dezembro, 01- Criação do Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), em Moçambique.
- **1970**
- Janeiro, 05 - A Região Militar de Moçambique anuncia a constituição dos primeiros Grupos Especiais (GE) de milícias.
 - Janeiro, 05 – Memorando do Comando – Chefe de Moçambique sobre o “Planeamento da acção de redução do central inimigo no Sector B”, antecedente do que viria a ser a operação “Nó Górdio”.



- Março, 01 – Arantes e Oliveira, antigo Ministro das Obras Públicas, toma posse como Governador-Geral de Moçambique.
 - Março, 31 – Posse de Kaúlza de Arriaga do cargo de Comandante – Chefe de Moçambique.
 - Abril, 08 – Primeiros trabalhos de preparação de operação “No Górdio”.
 - Maio – Operações do COFI preparatórias da operação “No Górdio” entre Mueda e Moçimboa da Praia.
 - Maio, 10–18 – Ataques a cantinas na zona de Tete – indícios da mudança do esforço da FRELIMO de Cabo Delgado para Tete.
 - Maio, 15 – Samora Machel assume as funções de presidente da FRELIMO.
 - Maio, 25 – Criação da 1ª Companhia de Comandos de Moçambique.
 - Julho, 01 – Início da operação “Nó Górdio”, em Moçambique.
 - Agosto, 06 – Fim da Operação “Nó Górdio”, em Moçambique.
 - Agosto, 17 - Ordem de Kaúlza de Arriaga para o COFI passar a actuar na Zona de Tete, especialmente em Cahora Bassa.
 - Outubro, 24 – Fuga de populações da zona de Tete.
 - Novembro, 29 – Início da operação “Apollo” em Chicoa, Tete, com forças rodesianas.
 - Dezembro, 07 – Rendição de Miguel Murupa, dirigente da FRELIMO.
 - Dezembro, 16 – Um grupo de 30 guerrilheiros da FRELIMO passou o Zambeze para Sul. Seguiam em reforço do primeiro grupo de 120 homens que em fins de Novembro já tinham ultrapassado o rio para a margem direita.
- **1971**
- Janeiro, 15 – Rapto de quatro europeus na zona de Tete, Moçambique.



- Março, 19 – Kaúlza de Arriaga anuncia, na RTP, a vitória iminente das forças portuguesas em Moçambique.
 - Abril, 15 – Operações de destruição de “machambas” no Norte de Moçambique – operações “Orfeu”, “Baiao” e “Badanal”.
 - Abril, 17 – Despacho de Kaúlza de Arriaga para a criação dos Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP’s) em Moçambique.
 - Abril, 25 – Criação da Zona Operacional de Tete (ZOT), em Moçambique, abrangendo os sectores F, G e H (Tete, Chicó/Fingó e Furancungo).
 - Maio, 16 – Anúncio, pelo Conselho Geral da Congregação dos Padres Brancos, da sua intenção de se retirarem de Moçambique.
 - Junho, 19 – Criação do Centro de Instrução de GE e GEP (CIGE) no Dondo, Moçambique. Africanização.
 - Julho, 06 – Criação do Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa (CODCB).
 - Setembro, 30 – Ataque da FRELIMO ao aeroporto de Matundo (Tete).
 - Novembro, 03 – Massacre de civis na região de Mucumbura, Moçambique.
 - Novembro, 08 – Acções de sabotagem da linha de Caminho-de-ferro nas zonas de Caldas Xavier e Doa, Tete.
- **1972**
- Janeiro, 1 - O bispo de Nampula, critica violentamente o Governo e a sua política de Guerra.
 - Janeiro, 1 – Criação do Comando da Defesa Marítima dos Portos de Zambeze, em Tete.
 - Janeiro, 27- Preocupação do Governo de Lisboa com a situação em Tete.



- Março, 12 – Recondução do General Kaúlza de Arriaga como Comandante-
-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.
- Julho, 8 – Autorização para as forças da Rodésia operarem na zona de
Mucumbura-Bucho, Tete.
- Outubro – Reuniões entre Ministros da Defesa da África do Sul, Rodésia e
Portugal.
- Novembro, 09 - Lançamento, pela FRELIMO, de uma grande ofensiva na
Província de Tete.
- Dezembro, 16 – Massacre de Junho, 14 – Em entrevista ao Jornal rodesiano
«The Daily Telegraph», Kaúlza de Arriaga reconhece que um milhões de
negros estão já a viver em aldeamento, em Moçambique.
- Julho, 25 – Primeiras acções da FRELIMO nos Distritos de Manica e Sofala,
no centro de Moçambique.
- Julho, 25 - Ataque de um grupo de guerrilheiros da FRELIMO a um
acampamento da «Safrique», empresa de safiras, no parque de Gorongosa.
- Julho, 26 – Criação do Comando de Transporte de Cargas Críticas, destinado
a coordenar toda a actividade de transporte de materiais críticos para a
barragem de Cahora Bassa.
- Agosto, 20 – Reunião em Lourenço Marques entra Kaúlza de Arriaga e o
General Allan Frazer, Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da África
do SUL (SADF) para tratarem de problemas de defesa de Moçambique
integrada na defesa da África Austral.
- Agosto, 24 – Colonos de Vila Pery manifestam descontentamento pela acção
das forças portuguesas.



▪ **1973**

- Janeiro, 06 – O Bispo de Tete comunica ao Governador-Geral de Moçambique a ocorrência dos massacres de Wiriyamu.
- Janeiro, 19 – Operação com lançamento das pára-quedistas rodesianos em Moçambique.
- Fevereiro, 13 – Criado o Esquadrão a Cavalo em Vila Pery, Moçambique.
- Fevereiro, 17- Mensagem de Kaúlza de Arriaga para o Ministro da Defesa Nacional, sobre os problemas da africanização da Guerra.
- Fevereiro, 27 – Comunicação do Núncio Apostólico em Lisboa ao Ministro do Ultramar sobre os massacres de Wiriyamu.
- Março, 18 – Ataque da FRELIMO a Vila Gamito, Tete, com foguetões 122.
- Março, 19 – Confronto entre Kaúlza de Arriaga e Sá Viana Rebelo sobre as prioridades de defesa em Moçambique.
- Julho, 09 – Carta de Marcelo Caetano a Kaúlza de Arriaga anunciando-lhe o fim da sua comissão em Moçambique.
- Julho, 10 – Denúncia do massacre de Wiriyamu feita pelo padre inglês Adrian Hastings no jornal “ The Times” de Londres.
- Julho, 11 – Carta de Gonçalo Mesquitela, presidente da Acção Nacional Popular (ANP) em Moçambique, para Marcelo Caetano, Informando que em Moçambique se sentiam preocupados no aspecto militar.
- Julho, 31 – Último telegrama de Kaúlza de Arriaga como Comandante-Chefe em Moçambique.